

MINEIROS OU MINADOS: TRAJECTÓRIAS BIOGRÁFICAS E SISTEMA PATERNALISTA NO LUGAR DO LOUSAL*

por

Paula Rodrigues**

Resumo: Considerando as minas e os mineiros como realidades sociais pouco estudadas pelas ciências sociais e dotadas de fraca visibilidade social no contexto português, e o Lousal, em particular, como um lugar singular porque “em crise” pela ausência do espaço de concentração – a mina – que lhe conferiu sentido, surgiu aos olhos da investigadora um objecto de investigação extremamente apelativo: um “estudo de caso” sobre o modo de vida mineiro na sociedade “estabilizada” do Lousal nos anos 40-60, portanto, em pleno Estado Novo. Por um lado, permitia problematizar a relação entre o espaço e a sociedade e o lugar do sujeito social nessa relação e, por outro lado, convidava a uma abordagem sociológica situada numa posição de rótula relativamente ao trinómio antro-po-socio-história. O modelo de análise e a estratégia metodológica preconizados relevaram a importância da diversidade das modalidades de produção de informação, mas elegeram a “narração biográfica” como o seu principal instrumento. Atribuindo ao conceito de “modos de vida” o estatuto de “interpelador” da realidade social em causa, procura-se, neste artigo, evidenciar a pertinência explicativa que decorre da sua relação com conceitos próximos (porque também de natureza totalizante) à luz de alguns resultados empíricos ilustrativos. O tom descritivo do texto que se segue resulta da opção em fornecer um conjunto significativo de elementos práticos que facilitem a reflexão.

1. ENQUADRAMENTO

O ciclo de vida do lugar das Minas do Lousal¹ está indissociavelmente ligado ao ciclo de vida da actividade extractiva, que lhe deu origem.

* Este artigo segue de perto um dos capítulos da dissertação de mestrado da autora, designada *Espaço Social e Modos de Vida em Contexto de Crise: o Lugar das Minas do Lousal*, apresentada no Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em 1998. Aos interessados no maior aprofundamento das temáticas aqui abordadas, remete-se para esse texto de maior fôlego.

** Assistente Convidada da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

¹ Integra a freguesia de Azinheira de Barros, que se localiza no interior (extremo sudeste) do concelho de Grândola. Este, por sua vez, situa-se no Alentejo Litoral (NUT III) e é limitado, a Norte pelos concelhos de Alcácer do Sal e de Setúbal, a Sul por Santiago do Cacém, a Este por Ferreira do Alentejo e a Oeste pelo Oceano Atlântico, com cerca de 45 Km de costa.

Grosso modo, as Minas entraram em actividade no início do século XX, tiveram o seu apogeu nas décadas de 40, 50 e 60 (primeiro, como efeito dos fluxos migratórios que geraram, mais tarde como efeito das alterações tecnológicas e consequente acréscimo de produtividade), o seu declínio tornou-se latente na década de 70, apresentaram sinais evidentes desse processo na década de 80, que acabou por desembocar no seu encerramento em 1988².

Das Minas do Lousal extraía-se pirite (enxofre), principalmente para exportação para os mercados europeus mas também para o mercado interno. Em Portugal, o enxofre era utilizado na produção de ácido sulfúrico e na (consequente) fabricação de adubos que eram comercializados, em larga escala, no Alentejo – assegurando-se, assim, uma cadeia de produção que se estendia do Lousal às Praias do Sado, em Setúbal, onde se localizavam as instalações industriais e o porto privativo da SAPEC (empresa proprietária do terreno e das edificações).

O “fechamento” territorial do Lousal foi favorecido tanto pelos limites da concessão mineira, como pelo carácter concentracionário da própria marcação geográfica do lugar. Nos extremos Norte e Sul encontra duas barreiras naturais, respectivamente, a albufeira da ribeira de Espinhaço de Cão e a ribeira de Corona, esta última afluente do rio Sado. A Este, a fronteira é dada pelo caminho de ferro (Linha do Sado), enquanto a Oeste é definida pelo Caminho Municipal 545, que assegura a sua ligação à pequena localidade de Ermidas do Sado e ao Itinerário Principal Lisboa-Algarve, através do CM 1105 (ambos distam cerca de 4 Km do Lousal). (Anexo 1)

De pequena dimensão territorial e elevada densidade populacional, o lugar das Minas do Lousal surge aos nossos olhos envolvido por uma extensa área de montado de sobre e geograficamente bastante isolado face a aglomerados populacionais de nível superior: uma específica unidade ecológico-urbanística sobressaindo da paisagem rural alentejana.

Lugar concentracionário, é também lugar centrípeto. A mina (de subsolo) constitui o espaço de centralização por excelência, extravasando a sua centralidade meramente física: prática, símbolo e poder para onde (de onde) conflui toda a dinâmica da comunidade.

² Do ponto de vista demográfico, dois grandes períodos de sentido inverso caracterizam a evolução do Lousal. No primeiro período, entre 1911 e 1960, observa-se uma dinâmica positiva muitíssimo acentuada, devido ao facto de nos primeiros 30 anos (de 1911 a 1940) a população quase octuplicar: em 1911, o Lousal contava com 167 indivíduos, em 1940 com 1273 e em 1960 com 1906. No segundo período, entre 1960 e 1991, constata-se um significativo decréscimo populacional, progressivo embora irregular, em que o Lousal perde mais de 60% da sua população residente. Nos anos 60, 1 em cada 3 indivíduos saiu do Lousal, situação que quase se volta a repetir na década de 80, em virtude da crise então instalada e do encerramento da actividade mineira em 1988. Em 1991, no Lousal residiam 704 indivíduos (INE, Recenseamentos Gerais da População).

Ao longo do tempo foi-se desenvolvendo um lugar “patronal”, caracterizado por um controle social extremamente apertado sobre todas as áreas da vida social lousalense.

Regra geral, ao ser imposta a localização das minas por condicionalismos naturais, estas situam-se em lugares ermos que é preciso transformar e gerir para servir de suporte à actividade extractiva. Torna-se, então, necessário atrair e fixar um enorme contingente de trabalhadores, pelo que quase todas as companhias mineiras desenvolveram um tipo de gestão paternalista que se concretizou em todo um conjunto de políticas sociais de apoio aos trabalhadores (cedência de horta, criação de infra-estruturas de saúde, de ensino, de actividades livres e de culto; dotação de estabelecimentos comerciais), de que se destaca a cedência de habitação como a de efeitos práticos mais conseguidos.

Não obstante, a fixação num lugar mineiro está intrinsecamente associada a uma outra medida de especial relevância posta ao serviço da gestão paternalista: a contenção salarial. Quer seja vista como mecanismo de controle social, quer como necessidade económica da companhia mineira (o risco económico foi tradicionalmente diminuído à custa da intensificação dos sistemas de exploração de mão-de-obra – baixos salários e mais trabalho), o certo é que a contenção salarial resulta eficazmente no “apego ao lugar”, pela incapacidade de geração de poupança, a médio prazo, por parte dos trabalhadores.

Mas a população que reside numa mina nada tem de homogeneidade social. Embora correndo o risco de uma certa simplicidade esquemática, a imagem de uma pirâmide ilustra bem a importância populacional dos grupos socioprofissionais identificados nas Minas do Lousal: do vértice para a base, um número ínfimo de chefias superiores e intermédias, um número reduzido de empregados de escritório, um número considerável de operários do exterior e um número muito significativo de trabalhadores do fundo, ideologicamente considerados como “operariado selvagem”. A mesma pirâmide invertida ilustra, igualmente, a importância social (relações sociais de poder) dos respectivos grupos socioprofissionais.

Indissociável da “esfera do trabalho” e da hierarquia de posições profissionais desdobrada em dois planos espaciais (fundo/superfície), esta “morfologia social” é atravessada por um sistema de estratificação social extremamente hierarquizado.

No Lousal, como, em regra, em todas as concentrações mineiras, a rigidez da estrutura social está expressa não só nas práticas e nas representações, mas também na estrutura e organização do espaço, dando conta de uma homogamia socioespacial que se traduz em distância social e proximidade espacial.

A criação de uma identidade social “unificadora”, visando coordenar e harmonizar interesses divergentes, exige que o paternalismo das companhias mineiras se associe a uma outra forma de controle social: o patrocínio. Significa que o poder se exerce (aparentemente) de forma discricionária e ambígua, resultando

numa continuada ausência de regras formais e num comprometimento clientelista que a todos toca e a todos torna cúmplices, incapazes de transformar as “injustiças” em “resistência”. Igualmente, a possibilidade de usufruto de determinados bens – de que a casa e a horta são os mais emblemáticos – por parte dos trabalhadores, mesmo que desigual, tende a estabilizar os conflitos sociais, por intermédio de uma pretensa sensação de propriedade, de posse. Ou seja, ocorre uma naturalização das relações hierárquicas de poder.

No final da década de 80, culminando um processo de crise que se vinha estendendo desde o início dos anos 70 e que é particularmente devedor do contexto económico externo³ e da conjuntura política e social criada com o 25 de Abril de 1974, as Minas do Lousal encerram a sua actividade. O seu encerramento provocou uma descontinuidade no modelo social (patronal) vigente e fechou um ciclo na história da comunidade.

Considerou-se, então, que o fim da actividade das Minas do Lousal em 1988 era o “acontecimento” irreversível de esgotamento do referido modelo social, e que a crise de reformulação dos códigos sociais vinha detrás e se estendia ao longo dos oito anos que desde então passaram⁴, tornando o “presente” particularmente oportuno para uma avaliação, gestão e projecção das histórias de vida e de todo o real social local, a partir da perspectiva dos sujeitos. De certo modo, no “presente” que condensa estes anos pós-encerramento da mina, as biografias individuais e toda a memória colectiva estão em processo dialéctico de reelaboração e renegociação face à “nova” situação social.

A quebra/diluição do auto-centramento espacial (mina) e do controle social instaura/constitui um contexto de “crise” que acresce a visibilidade das relações sociais, facilitando a desmontagem dos processos de dominação/subversão das redes de poder, bem como as estratégias e as táticas que os actores sociais desenvolvem nos momentos de “risco na transição de papéis” e/ou na passagem a outros ciclos de vida.

O olhar retrospectivo sobre a sociedade “estabilizada” dos anos 40-60 privilegiou, como sua principal ferramenta de “observação”, as narrações biográficas das famílias⁵ mineiras isto é, famílias que integram trabalhadores do fundo da

³ Descida dos preços da pirite no mercado internacional, em virtude da descoberta de novas fontes de enxofre (novos jazigos e novos métodos); importação de ácido sulfúrico a preços mais baixos do que os conseguidos pelo processo de ustulação da pirite; entrada no mercado nacional de adubos estrangeiros fabricados com moderna tecnologia e a partir de matérias-primas de baixo preço de custo.

⁴ A recolha das narrações biográficas decorreu ao longo do ano de 1996.

⁵ Apesar de, genericamente, o narrador corresponder apenas a um membro de uma família, tomou-se como “lugar de observação” a família (as suas estratégias, os seus objectivos, a sua lógica de funcionamento) na sua relação com a mina.

mina directamente ligados à extracção do minério⁶, e também as das famílias dos “empregados de escritório” – uns e outros protagonistas da “contrastação social” do Lousal, em plena idade activa durante o período temporal assinalado. Entre uma memória discursiva ancorada em relações sociais de subordinação (porque (re)elaborada de dentro de um lugar “patronal”) e as reais capacidades e características discursivas dos protagonistas⁷ (Anexo 2), afirma-se a ideia de que a memória social é comandada pelo presente, na perspectiva em que é nele que se opera a “filtragem”/selectividade das percepções do passado e se constrói um balanço da história pessoal que tenderá a preservar a necessária segurança “ontológica” da identidade pessoal e social.

Não cabe, neste artigo, discutir as virtualidades, limites e condições do conceito de “modos de vida”, mas estamos em crer que a imprecisão conceptual que o caracteriza (tal como outros conceitos de carácter globalizante como, por exemplo, o de cultura e o de identidade) não se resolve por via unicamente terminológica.

Todavia, enquanto detém o estatuto de “analisador” da realidade social em causa, importa, do ponto de vista analítico, explicitar que partimos da assumpção de que os “modos de vida” definem-se como conjuntos coerentemente estruturados de inserções sociais diversas – relevando-se o triângulo trabalho, família, sociabilidades – que constituem “lugares” de mediação entre as estruturas e as práticas dos sujeitos, através das suas experiências e trajectórias sociais.

Ou seja, temos o entendimento de que os “modos de vida” constituem um nível de análise da realidade social (um recorte com capacidade explicativa) que nos dá conta e se define na combinatória entre outros níveis de análise (práticas, representações, valores, etc.) com várias dimensões da vida social (família, trabalho, etc.) de um modo particular e implicando um certo grau de estabilização, de sedimentação, de consistência desse mesmo articulado face ao sentido que comporta para determinados grupos sociais.

⁶ Particularmente martelheiros e entivadores.

⁷ Destacam-se os factores conjunturais e mnemónicos associados à avançada idade dos principais narradores num contexto marcado pelo fim da actividade mineira, bem como os factores culturais associados à especificidade do universo socio-linguístico marcada por uma quadrupla pertença: gíria própria do linguajar mineiro; linguagem técnica das profissões mineiras; regionalismos alentejano e algarvio, dados quer pela inserção geográfica, quer pelas migrações que o Lousal acolheu; e galicismos ou francesismos lexicais, em virtude da presença continuada de indivíduos de nacionalidade belga e francesa no lugar. Estes factores, apelando para a relação entre sociedade, linguagem e comunicação, não podem deixar de ser interpretados à luz de uma cultura da oralidade (que busca a fisicalidade e não a abstracção) e não da escrita. Os problemas eminentemente semânticos apresentados pelos textos das narrações biográficas levaram à elaboração de um Glossário de Palavras e Expressões utilizadas pelos Entrevistados.

2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E MODOS DE VIDA

De um ponto de vista analítico, duas interrogações podem ser colocadas a propósito das relações entre o espaço e a sociedade:

- de que forma as relações sociais marcam o espaço?
- de que forma o espaço marca as relações sociais?

Enquanto a primeira interpelação nos situa no campo teórico da “produção social do espaço”, a segunda reenvia-nos para a “apropriação social do espaço”.

Importa, então, reconhecer que a produção do espaço decorre das relações sociais de poder, tem efeitos sociais e, deste modo, contribui para a construção de distintos modos de vida.

O lugar das Minas do Lousal apresenta-se como um exemplo paradigmático de como através daquilo que o espaço tem de mais básico – a materialidade, a forma física – se procuraram impôr determinadas práticas sociais e determinadas significâncias associadas a essas práticas sociais.

Já o dissemos, o modelo social claramente patronal do Lousal concretizava-se numa específica articulação entre a contenção salarial, a dotação de serviços básicos *in loco* (saúde, escola, equipamentos desportivos, etc.), a disponibilização de horta e, em especial, a cedência de habitação. Mas tal estratégia exigia a subordinação do uso social do espaço, implicando um território produzido segundo uma lógica “regulamentar”, ou seja, um modo de espacialização que traduzisse uma ordem não negociada, legível no ordenamento territorial do lugar, na organização das áreas residenciais e, também, no domínio privado do espaço doméstico.

Embora a vção rasante, procede-se, de seguida, a uma leitura da estrutura e organização do espaço social (Anexo 3).

O lugar das Minas do Lousal apresenta dois eixos viários pavimentados que estruturam o território: a Rua Principal e a Rua 25 de Abril. O primeiro eixo viário desenvolve-se no sentido Sudoeste-Nordeste, atravessando o aglomerado até à linha de caminho de ferro. O segundo, entronca na Rua Principal quando esta inflecte para Este, acompanhando o limite da propriedade da SAPEC no seu prolongamento a Poente.

A Rua Principal não possui continuidade para além do Lousal, apenas assegurando, no seu extremo Sudoeste, a ligação à localidade de Ermidas do Sado e ao Itinerário Principal Lisboa-Algarve. Coincide com a linha que une os pontos mais altos (linha de cumeeada ou de festo), fazendo a separação entre duas áreas bastante distintas, em termos do relevo. Enquanto a área a Sul é bastante acidentada, a área a Norte, que se desenvolve na zona mais elevada, apresenta-se mais regular.

Esta via marca, também, uma importante distinção em termos de organização social e simbólica do território.

É a Sul da Rua Principal que se localizam as instalações industriais, os dois malacates e a extensa pedreira (corta), gozando de uma evidente centralidade socioespacial.

Os bairros residenciais de população directamente ligada à esfera produtiva, dispõem-se em torno desta área central, genericamente ocupando os cumes das elevações existentes. Esta é a área, ainda hoje, mais densamente ocupada do Lousal.

A Norte da referida área da exploração mineira, e na sua proximidade imediata, situam-se os escritórios da mina e a “Casa da Direcção”, edifício imponente, de dois pisos, rodeado de muros e portão elevados. Estes imóveis, que se localizam na área de confluência da Rua Principal com a Rua 25 de Abril, funcionam como “marcadores” territoriais quanto a duas formas de legibilidade do espaço social: o espaço-tempo mineiro e não mineiro.

No trecho Nordeste da Rua Principal até à linha de Caminho de Ferro, e numa área claramente excêntrica face às instalações mineiras, localizam-se as vivendas das chefias superiores, destacando-se no lote que ocupam.

Entre a Rua Principal e a Rua 25 de Abril encontra-se, numa zona mais elevada, uma mancha de eucaliptal que constitui uma barreira visual entre a mina e as edificações implantadas nesta via, em particular um Bairro tradicionalmente ocupado por empregados de escritório.

Contudo, a ocupação urbana na Rua 25 de Abril foi-se consolidando, sobretudo, nos terrenos privados que confinam com os limites da concessão, de modo linear e contíguo à via. Aí, instalaram-se também estabelecimentos comerciais, tornando-a o único eixo funcional, ainda que incipiente, identificável no Lousal. Apenas restam os cafés e mini-mercados que substituíram as tabernas e mercearias.

Junto à Estação da linha de Caminho de Ferro foi-se consolidando um bairro – o Bairro da Estação – também implantado em terrenos privados fora da propriedade da mina.

Embora fora da alçada da empresa mineira, o bairro da Estação e a Rua 25 de Abril foram, ao longo do tempo, servindo de “rectaguarda” habitacional mais próxima para o excesso de procura a que a empresa mineira não dava resposta imediata. Nestas áreas, os alojamentos eram arrendados pelos proprietários, enquanto dentro dos limites da concessão da mina eram ocupados em regime de comodato (cedência gratuita, que implica a restituição do imóvel, mediante certos princípios).

Enquanto a mina esteve em funcionamento todos os trabalhadores dispunham de uma horta, embora de dimensões variáveis. Actualmente, e dado que já não se procede à bombagem de água da Tapada, as áreas cultivadas praticamente não têm expressão.

Quanto aos serviços colectivos básicos de apoio à comunidade, que se localizavam no interior da propriedade, refira-se que a colectividade, a cantina (hoje transformada em vários estabelecimentos comerciais privados) e a igreja se en-

contram implantados de modo disperso, paralelamente à Rua Principal e predominantemente no seu lado Norte. Os serviços de saúde (actualmente, Extensão do Centro de Saúde de Grândola) localizam-se no extremo Norte do imóvel em que também se encontram os antigos escritórios da mina. O edifício do posto da Polícia de Segurança Pública (serviço que, actualmente, também já não existe) e as Escolas (1º e 2º ciclo do ensino básico) situam-se na zona em que os dois eixos viários se separam. No caso do ex-posto da PSP é visível a posição de charneira que detinha relativamente à Rua 25 de Abril, enquanto eixo comercial, e à área de exploração mineira, na envolvente da qual se localizavam os bairros mineiros. A lógica subjacente à implantação dos equipamentos colectivos era, pois, a de pulverização territorial.

O desenho urbano do aglomerado caracteriza-se, em traços largos, por: evidente centralidade socioespacial das instalações ligadas à actividade mineira, dando conta da polarização em torno da “esfera do trabalho”; dispersão e descontinuidade da ocupação edificada; ausência de espaços canais de circulação interna; ausência de largos, praças ou jardins; uniformidade da volumetria das edificações habitacionais dada pela construção de casas térreas (apenas a “Casa da Direcção” e alguns edifícios da Rua 25 de Abril possuem dois pisos).

Centremo-nos, agora, nos espaços residenciais.

Os bairros residenciais de população directamente ligada à esfera produtiva (quartéis operários) dominam a paisagem, envolvendo a área da exploração mineira, em sentido estrito. Mostram simplicidade e homogeneidade quanto ao perfil arquitectónico, em que se repetem bandas contínuas (a passagem privado/público não inclui qualquer espaço de transição), com pequenas portas e janelas de madeira (sem molduras, observando-se também muitas sem socos), cobertas de telha de lusalite, pintadas de branco e despojadas de ornamentos. Cada agrupamento destas bandas habitacionais surge no terreno como uma unidade isolada, em virtude da sua disposição segundo as linhas de maior declive (portanto, praticamente sem ligação entre elas). Mas, uma outra característica é dada pela sua implantação territorial e pela própria estrutura interna: os bairros encontram-se virados de costas uns para os outros e a frente de cada banda conflui com as traseiras da banda seguinte.

Ao contrário destes quartéis operários, as habitações dos empregados de escritório praticamente diluem-se na paisagem, não fossem algumas características do habitat facilmente identificáveis à primeira vista: maior área de implantação, espaço exterior de demarcação público/privado usualmente constituído por sebe, elementos arquitectónicos de maior complexidade e ornamentação, ausência de repetição de bandas.

Estas características sobressaem, ainda mais, nas moradias das chefias superiores, que se afastam consideravelmente da área da exploração mineira e dos quartéis operários.

Para melhor compreendermos o modo como a tipologia do habitat condiciona as formas de habitar, procedemos a uma análise da estrutura interna de alguns alojamentos, atendendo ao conjunto habitacional em que se inserem. Tomemos, como ilustração, apenas, o caso de uma habitação num bairro operário (bairro dos Quartéis) e uma vivenda (Anexo 4).

O alojamento do bairro dos Quartéis apresenta uma estrutura ortogonal, configurando uma quadrícula que se foi ajustando, ao longo do tempo, às necessidades da procura. Esta estrutura assenta numa construção em banda (de que este e outros alojamentos fazem parte) segundo uma lógica modelar, em que se pode acrescentar ou diminuir uma divisão, acabando por se tornar a cozinha o único espaço funcionalmente demarcado (anteriormente, possuía apenas uma chaminé).

Predominam uma porta e uma janela, à vez, na frontaria da banda habitacional, mas em algumas situações é, ainda, observável a sequência de duas ou mais portas, fazendo imaginar uma cadência contínua e ritmada de “quartos” que uniformizavam a dinâmica da arquitectura exterior do “quartel” mineiro. Cada fogo possui um único acesso ao interior e directamente para a cozinha, um reduzido número de divisões (multiplicam-se os exemplos de famílias com mais de quatro elementos que viveram, temporariamente, em fogos com apenas uma ou duas divisões), uma dimensão, em área e pé direito, exígua por divisão (dando conta da também exígua e utilitária mobília que se transportava de casa para casa), uma apertada fenestração e uma utilização de materiais não prestigiados (nomeadamente, piso de cimento e chapa de lusalite na cobertura).

Os bairros mineiros transportam consigo a marca minimalista que serve a ideia de lugar de “consumo” para a reprodução da força de trabalho. As características do espaço interior, polivalente e flexível, implicam uma apropriação gregária do mesmo, que resulta numa compulsiva contrição do espaço doméstico como espaço de sociabilidade.

Contrariamente, a vivenda mostra-nos uma outra filosofia. O fogo foi concebido como um todo, de modo a não admitir a sua ocupação por mais do que uma família. A tipologia deste alojamento é bastante mais complexa. O alojamento usufrui de casa de banho de raiz (equipamento que, na maioria das casas operárias, ficará associado ao marco temporal do 25 de Abril, embora nalguns casos a sua instalação tenha ocorrido antes desta data), também de dispensa (reveladora da capacidade de armazenamento de bens de consumo) e de garagem (à época, o automóvel era, de facto, um bem muito escasso). A sala de estar é, agora, definida pela presença da lareira. O acesso a esta e à cada de jantar faz-se através de portas de duas batentes, que simbolizam a entrada no domínio semi-público do alojamento. Os materiais de construção utilizados são nobres: predomina o soalho de madeira e a cobertura de quatro águas em telha lusa. A entrada principal já não desemboca na cozinha. Para além da entrada de serviço

(essa sim, de acesso à cozinha), existe uma ligação, pela sala, a um alpendre lateral decorado. O desenho exterior é enriquecido em termos arquitectónicos e decorativos (decoração das portas, socos com pedra à vista, etc.). Assinala-se, ainda, uma extensa área verde, rodeada de sebe, na envolvente da vivenda.

Mas o que, efectivamente, introduz uma outra noção do espaço é a sua distensão (pé direito, área útil, fenestrações), permitindo uma racionalidade e uma organização específicas que potenciam a fruição do espaço habitado para além da função de “dormir e comer”, a relativamente livre acumulação de móveis e objectos decorativos, a sociabilidade no interior do lar.

Estas observações permitem tecer alguns comentários.

Em primeiro lugar, o desenho urbano do Lousal imprime uma forte restrição à sociabilidade mineira, criando espaços abertos ao controlo social: uma restrição que começa na casa (mínima dimensão, despojamento ornamental, materiais precários), que passa para a banda de habitações (viradas de costas umas para as outras na mesma “unidade de vizinhança”) e para a sua localização umas em relação às outras (pequenos núcleos dispersos e sem caminhos de ligação, a não ser os calcorreados pelos habitantes para encurtar as distâncias) e culmina na ausência de espaços exteriores de apropriação colectiva.

Une os bairros mineiros esse marco visual – a mina – que se vê de quase todos eles, e os curtos caminhos que nela desembocam.

O desenho urbano do Lousal engendra a noção de periferia para toda a “esfera fora do trabalho”, consumada pela apropriação social que decorre da deslocação casa-trabalho. Trata-se, no entanto, de um constrangimento socioespacial subtil, um “pano de fundo” que se entretetece na vida quotidiana, que através dela se afirma, mas que ela não é capaz de reconhecer, por isso aumentando a eficácia do controle social exercido para a dissolução das relações sociais de sociabilidade e de vizinhança entre o operariado.

Em segundo lugar, há no Lousal uma clara homogamia social e espacial (um zoning) a que corresponde uma extrema proximidade física e uma enorme distância social. De facto, da programação do desenho urbano faz, também, parte uma segregação socioespacial que se associa a mobilidades residenciais também diferenciadas (é preciso voltar às redes de poder): para os mineiros, impele-se a uma intensa mobilidade residencial no perímetro da concessão mineira que não é acompanhada por uma melhoria significativa das condições de habitabilidade (e que é refreada pela própria representação da homogamia socioespacial). Para as chefias superiores e empregados de escritório, a mobilidade residencial é, genericamente mais curta e/ou tende a acompanhar (quando não a premiar) a mobilidade social. Quer num caso, quer noutro, a mobilidade residencial não se inscreve como “projecto” na estratégia das famílias: ou resulta de uma determinação exterior (decisão deliberada da empresa, expansão da área ocupada pela actividade mineira, per-

missão para transferências habitacionais com débeis efeitos sociais), ou se insere na trajectória de promoção social, como parte integrante da mesma, tornando as acções desencadeadas individualmente, através de pedidos verbais feitos ao responsável pelo sector, meros pré-requisitos para a sua efectiva atribuição.

Em última instância, a espacialização da vida social incorpora “capitais” que implicam uma específica socialização do espaço.

3. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E MODOS DE VIDA: FUNDO/SUPERFÍCIE

Mas o espaço, enquanto espaço socializado, vivido, apropriado, tem também ele próprio a capacidade de induzir efeitos sociais específicos que participam na definição de diferentes modos de viver a vida.

No contexto de uma mina de subsolo, o “fundo” e a “superfície” representam duas categorias sociais que, embora ganhando toda a sua significância na “esfera fora do trabalho”, são instrumentalizadas a partir da “esfera do trabalho”.

O facto do local de trabalho, plenamente inserido no local de residência, se materializar em dois planos espaciais distintos (o fundo e a superfície) torna mais clara a influência do espaço como mediatizador de relações sociais e, em particular, como agenciador de efeitos autónomos. Estes dois espaços configuram, em primeiro lugar, dois contextos de trabalho distintos mas, como veremos, ultrapassam esta dimensão para se assumirem não só como produtos, mas também como produtores de poderes, práticas e símbolos diferenciados e contrastantes da realidade social. Ou seja, a esfera do trabalho assume-se como o principal campo de socialização cruzada para a construção de distintos modos de vida e para a configuração da identidade social do Lousal, enquanto é dotada de transversalidade e de carácter estruturante face às outras esferas da realidade social.

Três aspectos parecem-nos pertinentes para caracterizar os contextos de trabalho dos “mineiros” e dos “empregados de escritório”, enquanto parecem assumir-se como factores determinantes na configuração das identidades socioprofissionais: as mobilidades profissionais, as hierarquias socioprofissionais e as condições de trabalho. A nossa atenção deter-se-à, sobretudo, no que respeita às trajectórias e poderes socioprofissionais.

Convirá, desde logo, relevar que o modelo de gestão das Minas do Lousal se baseou numa grande informalidade das relações sociais de trabalho, denotando a sua natureza paternalista e de patrocinato.

Para os empregados de escritório, a obtenção do diploma da 4ª classe era condição *sine qua non* para o acesso ao espaço profissional dos escritórios da mina, embora não constituísse uma garantia. Em primeiro lugar, era necessário

dispor de um relacionamento favorável face a protagonistas sociais com relativa influência local (atendendo ao reduzido quantitativo de trabalhadores com esta profissão), depois era preciso passar por uma fase mais ou menos longa de transição para o desempenho efectivo do “ofício”.

Não obstante, o ingresso na carreira de escriturário significava a garantia de progressão na vida profissional, em respeito às regulamentações do trabalho então vigentes (escriturário de 3ª, 2ª, 1ª e eventualmente, chefe de secção).

A selecção do operário mineiro, não implicava exigências escolares, mas, antes, a capitalização de um qualquer conhecimento interpessoal que, estrategicamente, possibilitasse diferenciar o candidato dos restantes, num contexto de procura de trabalho muito superior à oferta.

Sem frequentar a escola ou com uma muito breve passagem por ela, já com uma precoce experiência na agricultura, os mineiros começavam a trabalhar na mina (superfície) ainda durante a infância, inaugurando uma relação com ela quase irreversível.

A qualidade de “trabalhador do fundo” resulta de um processo que passa, quase inevitavelmente, (i) pelo cumprimento de um ritual iniciático à superfície da mina (desempenho de actividades desqualificadas, entre as quais se destaca o trabalho do safreio na corta), (ii) pela subsequente descida ao fundo da mina, nunca antes dos 18 anos, para continuar a trabalhar em actividades indiferenciadas (como safreio ou como extraccioneiro), (iii) até à aprendizagem de um ofício específico na categoria de “ajudante” (onde adquire experiência por via do saber aprendido na prática, nomeadamente na profissão de marteleiro ou de entivador), (iv) para culminar na categoria de “mestre”. Esta trajectória não tem tempos preestabelecidos, podendo não se chegar a verificar na íntegra (porque o trabalhador pode continuar indefinidamente numa mesma função desqualificada, porque pode mudar de ofício ou de posição na hierarquia socioprofissional), pois a possibilidade de promoção passa sempre por decisões superiores. Em qualquer caso e na maioria das vezes, outro ritual é seguido pelo trabalhador, (v) este de passagem para a superfície da mina, depois de muitos anos passados no fundo e na proximidade da idade da reforma. A razão principal é a observância de problemas de saúde que resultam em desvalorização permanente, normalmente associada à elevada percentagem de sílica nos pulmões – silicose como doença profissional –, embora também se registe a diminuição da capacidade auditiva. A cessação da actividade enquanto “trabalhador do fundo” significa o fim da experiência mais marcante da sua vida activa. À superfície, o ex-trabalhador do fundo, volta por um tempo curto, a desempenhar tarefas várias, mais ou menos desqualificadas em função do anterior exercício da actividade profissional.

O trabalho no fundo da mina, particularmente o que corresponde às profissões de safreio e extraccioneiro, exigia um enorme esforço físico, pelo que o

fulgor da juventude dos trabalhadores (aos 18 anos) constituía uma condição importante para a prossecução das metas de produção, a qual a empresa mineira não se poderia permitir desperdiçar, já que, rapidamente, o cansaço se instalaria nos operários mineiros, implicando o incremento de medidas de estímulo à produtividade. Ao mesmo tempo, para os jovens trabalhadores, a afirmação do género masculino passava pelo reconhecimento da valentia e da força, a que acrescia, em alguns casos, a responsabilidade recente de assumpção da situação de conjugabilidade e/ou de paternidade.

Para os trabalhadores mineiros, os conceitos de “mobilidade” e de “ascensão” profissional estão praticamente ausentes dos seus discursos: as modalidades de recrutamento não assentam em critérios formais; a trajectória profissional não está regulamentada, dependendo da compulsividade das chefias; a distância promocional/social entre ser ajudante e mestre é muito curta; o saber-fazer profissional que caracteriza o “ofício” de mineiro dificilmente significa “poder” no sentido de legitimação do grupo profissional, quer no espaço profissional do fundo da mina, quer no espaço social do Lousal.

Daqui decorre uma relação com o trabalho meramente “instrumental” e não como fonte de valorização e afirmação pessoal.

A este propósito vale a pena realçar algumas características formais do discurso produzido pelos entrevistados. Embora não pretendendo proceder a uma análise morfológica das proposições, não podemos deixar de relevar que a utilização dos verbos na construção das frases é particularmente esclarecedora (ou seja, expressiva) quanto aos campos em que a mobilidade pode ou não ser objecto de uma estratégia a desenvolver pelos sujeitos sociais.

De facto, nos discursos dos mineiros sobre o campo do trabalho predominam construções frásicas em que o “eu” não é o sujeito que pratica a acção designada pelo verbo, mas antes o agente que sofre a acção (conjugação do verbo com a forma pronominal “me”) praticada por um sujeito impessoal subentendido na 3ª pessoa do plural (“eles”): “passaram-me”, “tiraram-me” e “mandaram-me” são as palavras mais importantes das frases relativas a esta temática.

As estratégias profissionais dos mineiros caracterizam-se, genericamente, pela “submissão”, através duma complexa gestão em que se jogam os recursos subjectivos associados ao parentesco e às relações interpessoais (dentro e fora da esfera do trabalho), embora individualmente se tenda a enaltecere o “valor do trabalho” e as “qualidades de bom trabalhador” como o móbil público para o reconhecimento de que eventualmente se foi alvo.

Genericamente, o poder discricionário e a “(...) lógica do ‘favor contra favor’ (...)” (Oliveira, 1996: 353) exercem uma pressão sobre os trabalhadores em geral que acompanha toda a sua biografia profissional e que se prende, essencialmente, com o receio de perder o trabalho.

Os mineiros eram psicologicamente “punidos” com a ideia de, sem justificação credível, lhes poder vir a ser entregue o “bilhete da conta” (punição definitiva que significa o abandono da mina).

Do mesmo modo, eram, também, objectivamente “punidos” com castigos, desde multas a “dias de porro” (suspensão do trabalho, sem auferir salário), em função das mais díspares razões, que tanto recobriam problemas de erosão da relação com as chefias (nomeadamente, resistência ao acatamento das ordens) como a ocorrência de algum acontecimento perturbador que constrangia o normal desenvolvimento das suas tarefas.

O reverso da punição encontrava-se, justamente, na recompensa: a possibilidade, ou melhor, a obrigatoriedade de aderir às “contratas”, poderoso incentivo à produtividade num contexto caracterizado pela penúria das condições materiais de existência.

Não obstante todo o trabalho mineiro entroncar numa lógica de punição/recompensa, é a carga punitiva que tende a prevalecer⁸.

Valerá a pena introduzir, agora, a distinção entre “assalariado” (operários) e “empregado” (empregados de escritório, chefias superiores e intermédias), já que

⁸ A hierarquia de poder no fundo da mina contemplava, grosso modo, 3 níveis: um chefe geral do fundo, dois ou três capatazes de relevo (= turno) e vários capatazes de piso. A conotação social dos atributos prescritos pelos mineiros às chefias do fundo da mina é, genericamente, negativa e tende a inscrever-se num processo de crítica sincrético, sem identificações precisas. Não obstante, é o “capataz de piso”, enquanto protagonista do nível hierárquico mais básico da hierarquia que, ao exercer autoridade directa sobre os mineiros, acaba por constituir o alvo focalizado da crítica desenvolvida por eles. A representação social negativa que os mineiros têm dele comporta uma dupla acepção: o não reconhecimento das suas qualidades no modo como foi recrutado para ocupar tal lugar de chefia (saber-fazer e nível escolar) e a desvalorização do seu papel de autoridade legítima (“os outros é que mandam, estes são paus-mandados”, se não fossem os outros, ainda era pior para nós”). Pelo capataz de piso não passa, de facto, a tomada das decisões mais importantes, apesar de, tal como refere Luísa Oliveira, a propósito da relação entre os mestres e os encarregados no âmbito do sector dos lanifícios na Covilhã, “(...) a relação era vivida num conflito interno entre a defesa da agressão exterior, a revolta sempre contida e a vontade de lhe “cair em graça.” (Oliveira, 1996: 352) É que, em todo o caso, é ele que veicula boa parte das imagens positivas ou negativas que servem aos níveis subsequentes da chefia da mina para informar as suas tomadas de decisão. Mas também o estatuto socioprofissional dos capatazes de piso era extremamente frágil (eram considerados “assalariados” e não “empregados”), porquanto tinham que demonstrar sistemática e veementemente aos seus superiores a razão de ser da sua promoção, sob pena de serem destituídos do cargo. Ao mesmo tempo, contribuir para atingir as metas de produção e para reduzir o número de acidentes constituíam duas tarefas quase inconciliáveis, mas cuja concretização significava a obtenção de “prémios” (percentagens e/ou gratificações) – afinal, a grande mais-valia desse controverso estatuto socioprofissional. Em última instância, o primeiro objectivo parecia dominar sobre o segundo, embora ao longo do tempo este tenha vindo a ganhar uma importância crescente, à medida que os mecanismos de regulação da relação salarial se foram institucionalizando. A exacerbação do exercício de autoridade por parte dos capatazes de piso, tomada pelos mineiros como insensibilidade para com as duras condições do trabalho mineiro, entronca, também, na lógica de punição/recompensa que caracterizava toda a organização do trabalho e a hierarquia de poder no fundo da mina, marcando, assim, uma distância social significativa entre as chefias, em particular os capatazes de piso, e os mineiros, tornando as respectivas representações sociais bastante discrepantes.

ela congrega, ao nível da “esfera do trabalho”, todas as diferenças que encontramos entre “empregados de escritório” e “mineiros” enquanto grupos sociais que protagonizavam a contrastação social do Lousal.

A identidade dos escriturários era produto de um modo de socialização no trabalho que se inscrevia num espaço profissional específico e de pequena dimensão – os escritórios da mina – conferindo um elevado prestígio social a quem neles trabalhava, quase independentemente da tarefa desempenhada. Não obstante, mais do que os aspectos técnico-organizacionais (existência de “carreira”), mais do que a especificidade das tarefas desempenhadas (trabalho limpo e “intelectual”, ausência de turnos e de avisos sonoros, etc.), mais do que as eventuais diferenças salariais relativamente aos outros grupos profissionais, o que os distinguia era o seu estatuto de “empregado” por oposição ao de “assalariado”.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (Boletim do INE, 1968), Empregado é *“Todo o indivíduo que trabalhe por conta de outrém, recebendo a sua remuneração ao mês ou à comissão”*, enquanto Assalariado é *“Todo o indivíduo que trabalhe por conta de outrém, recebendo a sua remuneração à quinzena, à semana ou ao dia”*. Estas definições utilizadas na organização interna de classificação do pessoal da mina pressupõem relações laborais e salariais distintas (por exemplo, aos “empregados” a empresa pagava a parte não coberta pelo seguro no caso de “baixa”), mas também recobrem significações sociais que extravasam aquele âmbito. É no contexto extra-laboral e extra-económico que elas ganham todo o seu sentido e plenitude, produzindo uma marcação fundamental da vida social que se reflecte em várias das suas dimensões (escolar, residencial, etc.).

Enquanto modalidades de controle social, a diferente apropriação social do fundo e da superfície da mina, ilustrada através das trajectórias e poderes socio-profissionais, em articulação com a distinção entre “empregado” e “assalariado”, estruturam a construção diferenciada dos modos de vida dos empregados de escritório e dos mineiros, produzindo a sua clivagem essencial.

4. MODOS DE VIDA E IDENTIDADES SOCIAIS

Pela sua capacidade “totalizante” de dar conta do complexo de dimensões que configura os modos de vida, as identidades sociais são um dos seus níveis de análise que importa reter⁹.

⁹ O conceito de identidade é assim definido por Isabel Guerra: *“É um conceito que pretende integrar a percepção e a acção sobre o mundo articulando, não apenas um sistema de representações e de imaginários sociais, mas também uma rede de pertenças a categorias sociais específicas.”* (Guerra, 1993: 69). Possuir um carácter eminentemente relacional e processual é, sobremaneira, a sua

Referimos a identificação de dois modos de vida no lugar do Lousal: o dos empregados de escritório e o dos mineiros. Mas essa identificação não teria sentido se não fosse reconhecida mutuamente pelos próprios protagonistas.

Uma das dimensões da identidade social que mais capacidade explicativa parece possuir tem a ver com a representação social do “mineiro”, pelo que convirá desmontar os seus níveis de referenciação identitária.

Ser-se mineiro é ser marleteiro: O nível “micro” de identidade social remete para a identificação do mineiro com uma categoria profissional – a de marleteiro – pois é ele que “arranca” o minério do fundo da mina.

Ser-se mineiro é viver num aglomerado mineiro: O nível “macro” de identidade social respeita à forte identificação entre comunidade e mina. A mina é o centro aglutinador da identidade social, fechando o círculo das várias identidades, no sentido em que é o eixo estruturante/estruturador dos modos de vida. Há um “nós” (lousalenses que vivem num lugar mineiro) que se afirma perante um “outros” (exteriores à comunidade). Trata-se, pois, não de uma homologia com o “mineiro”, mas com a “mina”.

Ser-se mineiro é trabalhar no fundo da mina: O nível “meso” de identidade social respeita à forte identificação entre mineiro e fundo/interior da mina. Quanto a nós, este é o nível mais fecundo de produção de identidade, ao instaurar uma linha divisória ideológica, prática e simbólica entre fundo/superfície, entre interior/exterior.

O nível em que os atributos prescritos e assumidos pelas categorias sociais coincidem é aquele em que “mineiro” corresponde ao trabalhador que desce ao fundo da mina, independentemente da sua profissão no interior desta. O “fundo da mina” não configura apenas um contexto específico de socialização no trabalho, mas toda uma imagética com significativos efeitos sociais para a configuração dos modos de vida, produzida a partir do interior da própria localidade, isto é, dos que a vivem.

principal característica. Em termos simples e abstractos, convirá relevar que a produção social de identidade implica a convergência de dois processos: o de identificação, através do qual os actores sociais se integram em grupos de referência e/ou pertença (e em que a afectividade é uma componente sempre presente) e, o de identização, através do qual os actores sociais se distanciam e diferenciam de outros (os conceitos de “processo de identificação” e “processo de identização” são desenvolvidos por Pinto, José Madureira, “Sobre a Produção Social do Sentido”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 1991, p. 218, que refere, por sua vez, ter retirado as expressões de Pierre Tap). Ou seja, a identidade refere-se a um “nós” que supõe os “outros”, a uma articulação entre o que é assumido por “nós” e atribuído pelos “outros”, pelo que há que estar atento à falácia de aparentes identidades imutáveis e “fechadas” ao exterior. É, então, importante assentar que “(...) as identidades sociais se constroem por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridade, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes.” (Pinto, 1991: 219)

A identidade social é sujeita a construções ideológicas, visando estabilizar os conflitos decorrentes de interesses divergentes. A dicotomia entre o “lado de dentro” da mina e o “lado de fora” é socialmente reconhecida na comunidade local, contribuindo para a formação de grupos de pertença e para a eficácia do controle social exercido pelo poder dominante. Para os empregados de escritório, elevados à categoria de protagonistas do “lado de fora”, a identidade social que lhe é prescrita pelos mineiros é constituída por um conjunto de estereótipos com conotações socialmente negativas, não coincidente com os que eles reconhecem para si próprios. Isso mesmo fomos constatando ao longo da análise das entrevistas. Mas, para os mineiros, verifica-se uma coincidência entre a identidade social virtual e a real, dito de outra maneira, entre os atributos assumidos e prescritos.

O mineiro é elevado, e eleva-se, não só à condição de “mártir-operário” – a ele se deve a façanha de fazer andar a empresa, mas tal implica sacrifício, ou seja, nele aliam-se as qualidades de coragem e de renúncia –, mas também à condição de mártir das classes trabalhadoras. Mesmo quando comparada com a figura do pescador, cuja representação social está mais próxima, a do mineiro é enaltecida.

Ao “interior da terra” correspondem imagens particularmente metafóricas e alegóricas de um conjunto de valores sociais dicotômicos que caracterizam a cultura ocidental judaico-cristã: obscuridade/luz, prisão/liberdade, inferno/paraíso, morte/vida. Em consequência, a representação social do mineiro, ao mesmo tempo romântica e trágica, entronca, precisamente na ideia de “martírio”, enquanto padecimento e morte.

Mas a imagem da morte lenta, provocada pela silicose, foi-nos, sobretudo, dada por aqueles que nunca trabalharam no fundo da mina. Para os homens cuja experiência praxeológica do fundo da mina ocorreu por via do trabalho lá desenvolvido quotidianamente, envolvendo o uso do corpo no contacto com a terra “profunda”, e para as mulheres (cônjuges) que com eles partilharam, embora de modo delegado, essa experiência, o que se realça é, sobremaneira, a dureza do trabalho (elevada temperatura, pó, ruído, débil iluminação, sujidade) e o perigo sistemático de acidentes, a que não se escapa desde que se entre na “jaula” para “baixar/descer à mina”.

Em todo o caso, o “risco” de contracção de doenças – silicose e surdez – e de ocorrência de acidentes é palpável, visível, permanente, para quem trabalha no fundo da mina. O risco pressupõe o perigo, mas é muito mais abrangente no sentido em que *“Reconhecer a existência de um risco, ou de um conjunto de riscos, é aceitar não só a possibilidade de que as coisas podem correr mal, mas também que esta possibilidade não pode ser eliminada.”* (Giddens, 1995: 91). Trata-se, obviamente, de um ambiente de risco aceitável e é nessa medida que envolve a confiança de quem o corre. Embora muito ligada à contingência, a

confiança pressupõe a possibilidade de redução ou minimização do perigo e, neste sentido, serve a noção de um cálculo do padrão do risco. Não obstante¹⁰, é na “pessoa” (trabalhador) e não no “sistema” (organização do trabalho no fundo da mina) que se encontra depositada a ideia de credibilidade e de fiabilidade perante o acaso.

O conceito de “risco mineiro”, sob a forma de doença e de acidente de trabalho, dá corpo à ideia de que a “natureza” do interior (espaço-tempo de mineiros) se contrapõe claramente à natureza do exterior (espaço-tempo de empregados de escritório) da mina.

5. MODOS DE VIDA E SABER BIOGRÁFICO

Ao problematizarmos a relação entre modos de vida e saber biográfico¹¹ cumpre afirmar que se efectivamente foi identificado um “modo de vida mineiro” no Lousal, dando corpo a uma sociedade que se considerou “estabilizada” e que corresponde aos anos 40-60, tal constatação não nos autoriza a falar de um percurso biográfico das famílias mineiras inscrito de modo fatalista na sua trajectória social.

¹⁰ Tal como observámos a propósito das representações sociais associadas às chefias (ver Sub-capítulo 4.3; ponto 4.3.3.3 da dissertação de mestrado da autora).

¹¹ Idalina Conde (1993a: 124) propõe que se pense a “vida”, enquanto condição humana comum, a partir de três dimensões constitutivas, a designar, o **saber**, a **experiência** e o **projecto** que, articulados, se exprimem como “**saber biográfico**”. Memória, acção e projecto atravessam o saber biográfico, no sentido em que se faz na prática e é inseparável da reflexividade sobre essa prática: passado, presente e futuro tornam-se presentes nos modos de ser e fazer de cada indivíduo, a quem a vida confere **competência**, ao mesmo tempo se assumindo como **recurso** e como **meta**, no quadro da sua capacidade de acção voluntária. Assim, o saber biográfico, como aprendizagem feita na vida é produzido e apropriado na experiência. Especificando, o saber adquirido na experiência do passado reenvia-nos para o papel da memória, o saber realizado na experiência do presente delimita a acção, o saber tornado virtual inscreve-se na experiência do futuro. A ideia de “projecto” associada à de “modos de vida” reveste-se de um carácter central, porquanto coloca de forma ineludível a questão das “margens de liberdade do sujeito”. Como refere Idalina Conde (1993a: 121), se é certo que a vida já vivida é irreversível também há que reconhecer que a tomada de consciência reflexiva desafia o constrangimento futuro dessa irreversibilidade (dependentemente do grau de acomodação projecto-experiência). Associa-se, pois, ao projecto, um papel importante nas lógicas estruturantes das práticas, enquanto organiza a estratégia dos sujeitos no sentido da concretização das suas aspirações e objectivos. O projecto inclui uma componente interpretativa e operatória, significando o reconhecer da racionalidade intencional da acção humana e, como tal, o reconhecer da capacidade relativa dos sujeitos em moldar os seus destinos, assim influenciando a dinâmica social. Associado ao conceito de “projecto” está, indubitavelmente, o de “imaginário”: imaginário-memória fundado quer na memória histórica/colectiva quer nas experiências passadas vividas e, imaginário-sonho que remete para uma dimensão verdadeiramente prospectiva os “projectos” do sujeito social. Se a propósito da memória destacámos a sua capitalização em contextos de crise, a mesma chamada de atenção fazemos em ordem à maior visibilidade do imaginário-sonho nas mesmas condições.

Defendemos, assim, que no Lousal não existe um *habitus mineiro*, no sentido em que este é o produto de uma trajetória social definida por numerosas gerações e não de uma condição social de origem. Ou seja, as *estruturas objetivas* que intervêm na produção do *habitus* inscrevem-se na diacronia ao mesmo tempo que incluem os itinerários de mobilidade social e suas relações, flexibilizando as trajetórias de vida dos sujeitos sociais.

Embora aplicada às grandes classes sociais, a ideia subjacente é a mesma: *“Um filho de operário, neto de camponês, inteiramente orientado para a ascensão social e para a saída da condição operária, não será educado da mesma maneira do que um filho de operário, neto de operário e convencido que não é possível sair da condição operária. Enquanto o primeiro terá possivelmente um “habitus pequeno-burguês” – apesar de ser de origem operária, teve uma socialização antecipadora de pequeno-burguês – o segundo terá um habitus operário “tradicional”. (...) Assim, o primeiro terá sucesso escolar, investirá nos estudos para “não ser operário como o pai”, enquanto o segundo sairá eventualmente da escola mais cedo com, por exemplo, um diploma de ensino técnico “para ter um bom ofício (operário) como o pai”. Nesta segunda interpretação, o habitus não é primeiramente a cultura do grupo social de origem mas antes uma orientação de linhagem (a “tendência” que corresponde à “inclinação” da trajetória familiar, cf. 1974, p. 16), uma identificação antecipada com um grupo de referência cujas condições sociais não são idênticas às da família ou grupo de origem.”* (Dubar, 1991: 69-70).

Tudo leva a crer que a relativamente curta história do Lousal (do final dos anos 30 até ao final da década de 80), a recente “identidade herdada” de ruralidade e de assalariamento agrícola da população mineira, a existência de outro tipo de experiências profissionais associadas, a localização geo-estratégica do Lousal entre o Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa, constituiriam constrangimentos significativos à reprodução da condição mineira, caso a mina não tivesse encerrado em 1988.

É certo que estávamos perante um lugar patronal: tudo apelava a uma ligação irreversível ao lugar – de que a casa e a horta cedidas pela empresa mineira articuladas com a incapacidade de gerar poupança no médio prazo e a existência de um trabalho fixo (porque a mina é um recurso teoricamente inesgotável) são os elos mais relevantes. A reprodução da “condição de proletarização” já vivida na agricultura (de onde eram originários boa parte dos entrevistados), acentuada pela continuada relação com o meio rural e agrícola envolvente (onde, sobretudo, as mulheres trabalhavam) acresceram a atracção e fixação ao Lousal.

Mas, se a fixação na condição mineira foi irreversível para aquelas famílias e a luta pela sobrevivência amarrou o seu “projecto de vida” ao quotidiano e esgotou o horizonte “prospectivo” da união conjugal, a dura experiência praxeológica

da mina configurou uma específica forma de resistência ao “habitus mineiro”: os “projectos de vida” enquanto inscrição no futuro são “projectos delegados” nos filhos. A obtenção do diploma da 4ª classe e a aprendizagem de um ofício¹² por parte dos filhos configuram estratégias assumidas pelos pais, em que normalmente se capitalizam as redes de parentesco localizadas fora do Lousal. São os “projectos delegados” nos filhos que dão corpo à ideia de que o centro de gravidade da família não é o casal mas os filhos e de que o trabalho apenas é central na medida em que é instrumentalizado para perseguir esse objectivo, sendo, portanto, valorizado pela “negativa”.

Em suma, o padrão de expectativas profissionais da população operária em geral apenas inclui a garantia de conhecimentos escolares básicos (no sentido de ultrapassagem do *handicap* social que seria não saber ler e escrever), já que o investimento é feito na aprendizagem de um ofício que resulte na aquisição de competências técnicas adquiridas por via prática, por conseguinte, pouco associado à escola. Pelo que representa de continuidade com alguns traços da inserção social destas famílias, subsiste uma significativa coincidência entre os projectos dos pais delegados nos filhos-homens e a trajetória concreta destes: mantêm-se a instalação na *condição operária* e a experiência de assalariamento, mas “escapa-se” à *condição mineira*.

Se é possível perceber um sentido de orientação social quanto à reprodução de um *habitus operário* no Lousal, tal não inviabiliza o reconhecimento das possibilidades concretas de mudança social no interior da *classe operária* (de que os lugares profissionais são um indicador relevante) enquanto operadas pelas próprias *condições de funcionamento do habitus*.

6. PERSPECTIVAS

1. Mas, agora, o que significa o fechamento da mina do Lousal para os entrevistados que nasceram nos anos 20/30 e que naquele território viveram e partilharam largos anos da sua vida?

Dada a sua qualidade perdida de “espaço de contração”, ou seja, dado o desaparecimento da experiência praxeológica da mina, os sentimentos emergentes são contraditórios e complexos.

É certo que estes sentimentos são atravessados por relações sociais, profissionais e de género, em virtude das diferentes experiências praxeológicas da mina.

¹² O ofício de electricista é o que grange um maior grau de aceitação: uma carreira, um trabalho “limpo”, uma remuneração condigna, uma qualificação que pode ser utilizada noutros contextos de trabalho que não a de uma exploração mineira.

Não obstante, deparamo-nos com um traço comum: a mina, identificada com o fundo/o interior, era o “coração” da vida da comunidade, pelo que o Lousal já não é o que era antes.

O espaço social do Lousal perdeu, pois, o seu “centro vital” de construção identitária. Dito de outro modo, desapareceu a “mina-fundo” como elemento estruturante e, portanto, socializador das relações sociais num tempo concreto, que se inscreve na história e no tempo e lhe confere especificidade económica, social e cultural.

A avaliação faz-se do ponto de vista do binómio vida-morte correspondente a passado-presente.

De facto, mesmo para as famílias mineiras, o fundo de “sofrimento” que foi dando conteúdo e sentido aos seus discursos é, agora, subtraído às representações da “mina em funcionamento”. A selectividade da rememoração trata de preservar um certo nível de “segurança ontológica” que opere o imprescindível elo entre o ontem e o hoje. Ao se tender a anular as condições de vida associadas ao fundo da mina para valorizar a dinâmica passada à superfície, acaba por se “neutralizar” os conflitos e as tensões vividas entre e a propósito destes dois espaços sociais.

Apesar do espaço social do Lousal dever a sua especificidade à natureza de exploração mineira, portanto, ao trabalho desenvolvido no fundo, o que está ausente de modo *visível* e, por isso se recorda, é a actividade gerada à superfície (mina) e não no fundo (contra-mina), aquela valorizada positivamente e quase como se se estivesse perante um espaço socialmente “neutro”. Em causa está a ideia da “mina-território” como elemento estruturado, cuja organização material e imaterial configura as práticas dos sujeitos sociais, implicando uma apropriação quotidiana.

A disciplinarização do dia-a-dia encontra no relógio de ponto sonoro um dos seus instrumentos mais emblemáticos e mais eficazes para “automatizar” os movimentos repetitivos casa-trabalho. O controlo horário exercido sobre o trabalhador fez coincidir as categorias de tempo e de espaço e assumiu uma dimensão, ao mesmo tempo, pública e privada. Ainda assim, foi muito mais exigente para os trabalhadores do fundo. O fim do ruído que decorria da própria actividade mineira, ao que tudo indica intenso, também constitui uma marca do passado referida pelos entrevistados. Por isso, a mudança do ambiente sonoro foi sentida substancialmente nos primeiros tempos após o encerramento da mina, e continua a sê-lo para alguns residentes.

A propósito das festas surgidas espontaneamente, valerá a pena recuperar a ideia de que, actualmente, elas cumprem uma certa função “mitológica” de vivificação, no sentido de “fuga” à ideia de luta pela sobrevivência sistematicamente enunciada.

A representação social que lhes corresponde situa-as no espaço social da unidade de vizinhança – o bairro, ao domingo, durante o Verão e com a permissão

da direcção da mina. O Verão é, também, o tempo, por excelência, da recordação da sociabilidade entre vizinhos.

As principais festas enquadradas pela empresa mineira respeitavam à festa de S. João e à festa de Sta. Bárbara. A primeira está associada a um santo popular, comemoração tradicional bastante arreigada em Portugal; a segunda está associada à padroeira dos mineiros, comemoração que se festeja no dia 4 de Dezembro. Ambas eram participadas monetariamente pela empresa mineira, mas enquanto a festa de S. João tinha um carácter essencialmente lúdico (e ainda tem), a festa de Sta. Bárbara (que já não se realiza) tinha um cariz religioso e mobilizava todas as forças vivas do Lousal de modo “institucional”, destacando-se a escola.

Por ter um carácter essencialmente popular, a festa de S. João participa das raízes tradicionais da cultura popular e, neste sentido, surge menos investida do papel de regulação social que coube à de Sta. Bárbara. Recordada precisamente pela exuberância festiva, ela era, de facto, *a festa maior do Lousal*, permanecendo até à actualidade.

Estamos em crer que a festa de S. João tendia a consubstanciar-se num conjunto de práticas festivas que, de certo modo, se afiguravam como resistência aos efeitos ideológicos da cultura dominante, ou seja, uma actividade fora do trabalho, de tempo livre, que não corresponde a um mero espaço-tempo residual face às determinações de classe.

Entendendo-se o campo cultural como um campo de relações de força entre posições sociais com interesses divergentes faz, então, sentido pensar que a empresa patronal tenha procurado “enquadrar” a festa de S. João, em particular ao subsidiar a mesma, e tenha “investido” na festa de Sta. Bárbara como festa “ritualista”, onde a dimensão catártica de harmonização de interesses divergentes é o objectivo principal, pelo que ela foi, de facto, *a festa principal (de maior importância colectiva) do Lousal*.

A propósito essencialmente da festa de Sta. Bárbara, convém, então, ter presente que, tal como nas minas do Pejão, *“Essa ideologia paternalista encerra um conjunto de representações que a tornam eficaz, isto é, que permitem a “comunicação” entre dirigentes e trabalhadores, naturalizando o poder instituído. Isto acontece principalmente aquando das grandes festas da empresa e da região ou, como lhe chamam, da “Família Pejão”, que são os momentos fortes de reafirmação e de reactualização da realidade que elas pretendem representar, e por isso também elementos estruturadores das identidades. A aparente participação de todos e de modo igual nos acontecimentos culturais, religiosos e recreativos das festas serve para tornar real uma das maiores dessas representações: a que respeita à imagem da empresa como uma grande família, a Família Pejão. (...) A empresa como uma família significa que apesar da necessidade da existência*

do patrão e de chefes e de subordinados, ela não deixa, contudo, de ter também um pai e de aí todos serem irmãos.” (Duarte, 1996: 118).

Feito o balanço entre o passado e o presente da vida na comunidade nos tempos áureos da exploração mineira, importa compreender de que modo persistem, na relação específica com o futuro, as formas ideológicas de controlo, ao ter continuamente favorecido o desenvolvimento de atitudes de acomodação e consentimento. A partir do presente, quais as modalidades de articulação entre memória e identidade na consubstanciação de uma perspectiva de futuro para o Lousal – a do reinício da exploração mineira?

Independentemente da condição social, a possibilidade de reinício da actividade mineira suscita opiniões contraditórias, em que se cruzam diferenciadamente elementos da história familiar e colectiva.

O reinício da actividade mineira surge como uma possibilidade a observar, dado o crescente desemprego que se considera afectar a população jovem do Lousal, bem como o saldo actividade/inactividade “vivencial” do lugar. Estamos perante representações sociais cuja continuidade é difícil prever num cenário de eventual assumpção clara da possibilidade de reactivação da mina, tanto mais que a mesma é pública e reconhecidamente muito improvável.

Interessa-nos, contudo, recordar que as gerações mais recentes que ainda habitam no Lousal ou tiveram uma curta experiência na actividade mineira em virtude do seu fechamento, em alguns casos com continuidade na mina de Castro Verde, ou, não tendo essa vivência, são “herdeiras” de um património sociocultural imaterial em vias de desaparecimento, adquirido e transmitido praticamente a posteriori. Este tempo de crise identitária motivada pela ausência da mina como espaço de centralização constitui, para estas gerações, uma oportunidade especial e irrepetível da memória afrontar o esquecimento, possibilitando a afirmação de uma dinâmica equilibrada (não disruptiva) de reconfiguração dos modos de vida do Lousal.

2. Gostaríamos de terminar, salientando que um dos pressupostos que estiveram na base do processo da investigação tem a ver com a diluição da partição disciplinar, em termos teóricos e de metodologia empírica. Defendemos uma abordagem sociológica que funcione numa posição de “rótula” relativamente ao trinómio antropo-socio-história. Ou seja, a teoria sociológica exerce uma função de comando em todo o processo de condução da pesquisa e, em particular, na configuração teórico-metodológica da mesma mas, a compreensão multidimensional do objecto de análise faz apelo às aquisições das outras disciplinas afins, numa óptica “heterodoxa” e estratégica de inserção e adequação ao plano da investigação sociológica.

Como refere Robert Burgess, a propósito da pertinência e crescente recor-rência da pesquisa de terreno, “*A investigação sociológica foi, em dada altura,*

estritamente identificada com os métodos de inquérito, enquanto a investigação antropológica se baseava em estudos intensivos, usando métodos de trabalho de campo incluindo a observação participante. Uma tão marcada dicotomia entre a prática e os procedimentos destas duas disciplinas já não existe, pois os sociólogos usam o trabalho de terreno, tanto quanto os antropólogos se empenham na realização de inquéritos.” (Burguess, 1997: ix).

O estudo de caso a que se procedeu no âmbito desta pesquisa envolveu uma área territorial de estudo geograficamente circunscrita; não a residência no local e uma observação-participação intensa e aprofundada do investigador em variadas situações sociais, mas um contacto regular do mesmo com os informantes durante um tempo prolongado em que manteve quer conversas informais, quer conversas previamente definidas que resultaram em entrevistas semi-directivas; a recorrência a fontes documentais primárias e secundárias de informação relativas a momentos distintos e significativos do ciclo de vida da comunidade em estudo. Não estamos, pois, perante uma monografia antropológica ou um estudo histórico, mas perante uma pesquisa de terreno elaborada no âmbito dos fundamentos sociológicos. Assim sendo, merecem destaque três considerações: (i) A ideia de que é na conjugação e na coerente articulação entre os diversos métodos e técnicas de análise que se encontra uma importante mais-valia científica deste tipo de estudos. De facto, sejam as técnicas oriundas da Sociologia, da História ou da Antropologia, em todas se pode discutir as condições de validade metodológica do dispositivo e o estatuto científico dos dados produzidos, já que eles são sempre dependentes das próprias condições da sua produção. Mas, a par dos limites, todas as técnicas incorporam diferentes potencialidades e eficácias na maneira como abordam a realidade social, quer porque não existem técnicas “puras”, quer porque é precisamente no jogo entre a “lógica-processo” e a “lógica formalizada” que se encontra vinculada a sua pertinência analítica. Fora do quadro e do espartilho formal da disciplina em que foram reconhecidas e desenvolvidas, abre-se um campo criativo e profícuo de aplicação das mesmas. (ii) A ideia de que a “observação” é o princípio estruturador e o procedimento prevalecente na recolha e tratamento da informação, supondo uma relação dinâmica e de efeitos não negligenciáveis entre o investigador e os investigados, que varia de modo flexível consoante as técnicas e as fases da investigação. (iii) A ideia de que os processos sociais observados são alvo de um esforço interpretativo, que procura compreender as experiências de vida dos investigados, a partir do seu ponto de vista e “de dentro” dos seus quadros de interacção.

Ainda em relação ao saber biográfico, torna-se necessário um último apontamento, este sobre as narrações biográficas.

Podemos considerar que o reconhecimento de uma mesma linguagem é também uma condição fundamental para a configuração de distintos modos de vida.

Assim, e embora não se tenha procedido a um tratamento sistemático do discurso dos entrevistados, a leitura dos mesmos aponta algumas pistas interessantes.

No caso dos mineiros, os discursos acentuam um “linguajar mineiro”, ou seja, ligado à sua actividade profissional, que os empregados de escritório não reconhecem ou não valorizam na expressão verbal, nem mesmo no que respeita à sua própria actividade profissional – este um primeiro aspecto e que remete para o papel da linguagem e dos processos de comunicação.

Um segundo aspecto tem a ver com o modo distinto como os mineiros e os empregados de escritório constróem as suas narrativas biográficas: os primeiros acentuam recorrentemente, em discurso directo ou indirecto livre, a ocorrência de determinados acontecimentos ligados ao trabalho no fundo da mina (acidentes, excessos de autoridade, doenças) e à sua própria relação com os empregados de escritório; estes contam uma história linear da sua vida (quase sem “história”), onde praticamente se perde a referência ao lugar mineiro.

7. BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1980) - *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXIX, PUF, Paris.
- AAVV (1981) - *Approches sociologiques aux modes de vie*, 2 Vols., Centre de Sociologie Urbaine, Paris.
- AAVV (1994) - *Espaces et Sociétés*, nº 73 (Espaces et Styles de Vie), L'Harmattan, Paris.
- ALMEIDA, Ana Nunes (1986) - “A fábrica e a família – tópicos para uma reflexão”, in *Análise Social*, Vol. XXII (91), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 279-312.
- ALMEIDA, Ana Nunes (1990) - *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro* (policopiado), Dissertação de Doutoramento, Biblioteca ISCTE, Lisboa.
- ALMEIDA, Ana Nunes (1992) - “Meio social, família e classes operárias”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 11, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 27-41.
- ALMEIDA, João Ferreira (1981) - “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, in *Análise Social*, Vol. XVII (66), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 231-251.
- ALMEIDA, J. F.; PINTO, J. M. (1990) - *A Investigação nas Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa.
- ALMEIDA, J. F.; COSTA, F.; MACHADO, L. (1988) - “Famílias, estudantes e universidade – painéis de observação sociográfica”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 4, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 11-44.
- ALMEIDA, Miguel Vale (1995) - *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Fim de Século Edições, Lisboa.
- ALMEIDA, Miguel Vale; AMÂNCIO, Lígia; PEREZ, Rosa; WALL, Karin (1996) - “O género nas ciências sociais: interdisciplinaridade, inovação, crítica”, in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Vol. II, Ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 129-144.

- ALVES, Helena (1992) - *Formação Social e Identidade Mineira. O caso da Aldeia Mina de S. Domingos entre 1858 e 1940* (policopiado), Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- ALVES, Helena (1996a) - "Sobre a Arte e o Engenho da Mineração em Portugal" in REGO, Miguel (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, Castro Verde.
- ALVES, Helena (1996b) - "Rotas do Minério" in REGO, Miguel (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, Castro Verde.
- AMARO, Rogério Roque (1985) - "O Alentejo Abandonado?", in *Economia e Socialismo*, nº 66/67, Revista Trimestral de Economia Política, Editorial Economia e Socialismo, Lisboa.
- BARDIN, Laurence (1994) - *Análise de Conteúdo* (1ª ed. 1977), Edições 70, Lisboa.
- BARROSO, António (1992) - "A Mina do Lousal", *SAPEC Jornal*, nº 17, SAPEC, pp. 6-7.
- BARROSO, António (1996) - *História da SAPEC*, Edição Comemorativa Especial, Corlito, SAPEC, Setúbal.
- BELO, Maria; ALÃO, Ana P.; CABRAL, Iolanda N. (1987) - "O Estado Novo e as Mulheres", in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926. 1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, pp. 263-279.
- BERNARDO, Joaquim (1993) - "Perfis Culturais numa empresa mineira", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 14, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 73-90.
- BERTAUX, Daniel (1978) - *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Moraes Editoras, Lisboa.
- BERTAUX, Daniel (1980) - "L'Approche Biographique: Sa Validité Méthodologique, ses Potencialités" in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX, PUF, Paris, pp. 197-225.
- BERTAUX, Daniel (org.) (1981) - *Biography and Society: the Life Story Approach in the Social Sciences*, Sage, London.
- BLANCHET, A. et al (1987) - *Les Techniques d'Enquête en Sciences Sociales. Observer, interviewer, questionner*, Dunod, Paris.
- BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne (1992) - *L'Enquête et ses Méthodes: L'Entretien*, Éditions Nathan, Paris.
- BONNAULT-CORNU, Phanette (1997) - "Travail et Pratiques Langagières", in *Pensée*, nº 310, pp. 75-93.
- BOUDON, Raymond (1984) - *La Place du Désordre. Critique des théories du changement social*, PUF, Paris.
- BOUTINET, Jean-Pierre (1986) - "Le Concept de Projet et ses Niveaux d'Appréhension", in *Educação Permanente*, nº 36, pp. 5-26.
- BURGUESS, Robert G. (1997) - *A Pesquisa de Terreno. Uma Introdução* (1ª ed. 1984), Celta Editora, Oeiras.
- CALDEIRA, Paulo (1995) - "Identidades dos Portadores do Vírus da Sida", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 17, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 74-95.
- CONDE, Idalina (1993a) - "O nosso comum saber biográfico", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, nº 13, Associação Portuguesa de Sociologia e Editorial Fragmentos, Lisboa, pp. 120-134.

- CONDE, Idalina (1993b) - "Problemas e Virtudes na Defesa da Biografia", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 13, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 39-57.
- CONDE, Idalina (1993c) - "Falar da Vida (I)", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 14, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 199-222.
- COSTA, António Firmino (1984a) - "Entre o Cais e o Castelo: Identidade Cultural num Tecido Social Inegalitário", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 14, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, pp. 77-107.
- COSTA, António Firmino (1984b) - "Alfama: Entreposto de Mobilidade Social", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, Edições Afrontamento, Porto.
- COSTA, António Firmino (1989) - "A Pesquisa de Terreno em Sociologia", SILVA, A.S.; PINTO, J.M. (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (1ª ed. 1986), Cap. V, Edições Afrontamento, Porto, pp. 129-148.
- CURIE, J.; CAUSSADE, G.; HAJJAR, V. (1986) - "Comment saisir les modes de vie des familles?", *L'Esprit des Lieux. Localités et changement social en France*, Éditions du CNRS, Paris.
- CUTILEIRO, José (1977) - *Ricos e Pobres no Alentejo*, Descobrir Portugal, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.
- DENZIN, Norman (1989) - *Interpretive Biography*, Sage, Newbury Park.
- DIGNEFFE, Françoise (1995) - "De L'Individual au Social: L'Approche Biographique", *Pratique et Méthodes de Recherche en Sciences Sociales*, Armand Colin, Paris, pp. 145-173.
- DUARTE, Ana Maria (1996) - "Desemprego e reconstrução de identidades, o caso dos mineiros do Pejão", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 17, Edições Afrontamento, Porto, pp. 105-134.
- DUBAR, Claude (1991) - *La Socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*, Armand Colin, Paris, pp. 1-34.
- DUBET, François (s/d) - *Sociologia da Experiência* (1ª ed. 1994), nº 48, Instituto Piaget, Lisboa.
- EVEREAERT, J. e STOLS, E. (dir.) (1991) - "História de uma Sociedade Belga em Portugal", *FLANDRES E PORTUGAL na confluência de duas culturas*, Europália, Edições Inapa, Lisboa, pp. I-XV.
- FERRAROTTI, Franco (1983) - *Histoire et Histoires de Vie: la méthode biographique dans les sciences sociales*, Librairie des Meridiens, Paris.
- FERREIRA DA SILVA, Artur (1968) - "As Minas do Lousal", in *Boletim de Minas*, nº 5, Lisboa, pp. 161-181.
- FRANCO, A.L. de Sousa (1994) - "A Economia", in REIS, A. (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- FRANÇOIS, Étienne (1984) - "Historia Oral y Nazismo", in *Debats*, nº 10, pp. 66-71.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (1992) - *O Inquérito. Teoria e Prática* (1ª ed. 1978), Celta Editora, Oeiras, pp. 1-21 e 63-104.
- GIDDENS, Anthony (1995) - *As Consequências da Modernidade* (1ª ed. 1990), Celta Editora, Oeiras.
- GREGORY, Derek e URRY John (org.) (1994) - *Social Relations and Spatial Structures* (1ª ed. 1985), Macmillan, Londres.
- GUERRA, Isabel (1987a) - *A Territorialização das Relações Sociais – Elementos para a Análise da Vida Social Local* (policopiado), Provas de Aptidão Pedagógica e Capa-

- cidade Científica, Biblioteca ISCTE, Lisboa.
- GUERRA, Isabel (1987b) - "A espacialização da vida social", in *A cidade em Portugal: como se vive*, Coleção Povos e Culturas, nº 2, Universidade Católica Portuguesa, pp. 171-191.
- GUERRA, Isabel (1991) - *Changement Urbains et Modes de Vie dans la Péninsule de Setúbal de 1974 a 1986* (policopiado), Tese de Doutoramento, Université François Rabelais, Tours, Tomos 1 e 2, Biblioteca ISCTE, Lisboa.
- GUERRA, Isabel (1993) - "Modos de vida. Novos percursos e novos conceitos", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 13, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 59-73.
- GUERRA, Isabel (org.) et. al (1992) - *Uma Aproximação às Identidades de Lisboa* (policopiado), Centro de Estudos Territoriais, Lisboa.
- GUIMARÃES, Paulo (1989) - *Indústria, Mineiros e Sindicatos*, Coleção "Estudos e Documentos ICS", nº 19, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- GUIMARÃES, Paulo (1991) - "Duas aldeias mineiras do Baixo Alentejo na segunda metade do séc. XIX", in *Vértice*, II Série, Editorial Caminho, Lisboa, pp. 55-63.
- GUIMARÃES, Paulo (1994) - *Indústria e Conflito no Meio Rural: Os mineiros alentejanos dos finais da monarquia ao Estado Novo* (policopiado), Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- GUIMARÃES, Paulo (1995) - "A intervenção do Estado Novo na Indústria Mineira: a criação do Serviço de Fomento Mineiro", in *Boletim de Minas*, nº 32 (3), Lisboa, pp. 203-212.
- GUIMARÃES, Paulo (1996) - "O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração", in REGO, Miguel (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, Castro Verde.
- HALL, Edward T. (1986) - *A Dimensão Oculta*, Relógio de Água, Lisboa.
- HARRIES, Patrick (1990) - "La Symbolique du sexe: l'identité culturelle au debut de l'exploitation des mines d'or du Witwatersrand", in *Cahiers d'Etudes Africaines*, nº 30, pp. 451-474.
- JOUTARD, Philippe (1984) - "El Tratamiento del Documento Oral", in *Debats*, nº 10, pp. 72-84.
- JUAN, Salvador (1991) - *Sociologie des genres de vie: morphologie culturelle et dynamique des positions sociales*, PUF, Paris.
- JUAN, Salvador (1995) - "Os níveis de análise sociológica dos sistemas de representações e práticas", in *Sociedade e Território*, Edições Afrontamento, Porto, nº 21, pp. 124-131.
- KELLER, Suzanne (1975) - *El vecindario urbano - una perspectiva sociológica*, Siglo Veintiuno Ed., Madrid, pp. 1-21 e 127-183.
- LENTZ, Carola; VEIT, Erlmann (1989) - "A Working Class in Formation? Economic Crisis and Strategies of Survival among Dagara Mine Workers in Ghana", in *Cahiers d'Etudes Africaines*, nº 29, pp. 69-111.
- LYTTELTON, Adrian (1984) - "Historia Oral y Fascismo", in *Debats*, nº 10, pp. 62-66.
- LOPES, A.; RETO, L. (1990) - *Identidade da Empresa e Gestão pela Cultura*, Edições Sílabo, Lisboa.
- MACHADO, F. Lufs (1985) - "As práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental", in *Sociedade e Território*, nº 3, Edições Afrontamento, Porto, pp. 90-99.

- MAROY, Christian (1995) – “L’Analyse Qualitative d’Entretiens”, *Pratique et Méthodes de Recherche en Sciences Sociales*, Armand Colin, Paris, pp. 83-110.
- MARTINS, I. P.; LOPES M. C. M. (1996) - “Minas do Lousal – Recuperação Urbano-Turística na Perspectiva Ambiental”, in *Actas da 5ª Conferência Nacional Sobre a Qualidade do Ambiente*, Vol. I, Universidade de Aveiro, Aveiro, pp. 451-460.
- MATOS, Madalena (1994) - *La Démocratie au Portugal. Analyse du Débat Politique entre 1974 et 1976* (policopiado), Tese de Doutoramento, Université de Genève, Genève, Biblioteca ISCTE, Lisboa.
- MATZKE, K. (1971) - “Mina do Lousal”, in CARVALHO, D.; GOINHAS, J.A.C.; SCHERMERHORN, L.J.G., *Principais Jazigos Minerais do Sul de Portugal*, I Congresso Hispano-Luso-Americano de Geologia Económica, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, pp. 25-32.
- MICHELAT, Guy (1975) - “Sur l’utilisation de l’entretien non directif en sociologie”, in *Revue Française de Sociologie*, XVI, pp. 229-247.
- MORIN, Edgar (1970) - *Alarme em Orleães. Escravatura Branca ou Anti-Semitismo?* (1ª ed. 1969), Editorial Infício, Lisboa.
- NÓVOA, António (1992) - “A Educação Nacional”, in ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (directores), *Nova História de Portugal*, Vol. XII, Editorial Presença, Lisboa, pp. 455-519.
- NÓVOA, António (1996) - “Educação Nacional”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (directores), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 286-288.
- NÓVOA, António (1996) - “Ensino Liceal”, “Ensino Primário”, “Ensino Superior” e “Ensino Técnico”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (directores), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 301-309.
- OLIVEIRA, Luísa (1996) - “Tempo histórico, tempos sociais, (re)construção de identidades e sentidos da mudança – um caso elucidativo sobre Portugal”, in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Vol. II, Ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 343-360.
- O’NEILL, B. R. (1991) - “Espaços Sociais e Grupos Sociais no Nordeste Transmontano”, in O’NEILL, B. R., BRITO, P. (orgs.), *Lugares de Aqui*, Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”, D. Quixote, Lisboa, pp. 143-166.
- PAIS, José Machado (1986) - “Paradigmas Sociológicos na Análise da Vida Quotidiana”, in *Análise Social*, nº 90, vol. 22, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- PAIS, José Machado (1993) - “A Contextualização Sociológica pela Via do Quotidiano”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, nº 13, Associação Portuguesa de Sociologia e Editorial Fragmentos, Lisboa, pp. 519-531.
- PINTO, José Madureira (1991) - “Sobre a Produção Social de Identidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, pp. 217-231.
- PINTO, José Madureira; MARIA CIDÁLIA, Queirós (1990) - “Lugares de Classe e Contextos de Aprendizagem Social”, in *Sociologia e Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Associação Portuguesa de Sociologia e Editorial Fragmentos, Lisboa, pp. 109-120.

- POIRIER, J.; VALLADON, S.; RAYBAUT, P. (1995) - *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, Celta Editora, Oeiras.
- PROENÇA, M. Cândida (1996) - “Analfabetismo”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (directores), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 46-49.
- REMY, Jean (1995) - “As modas, as posições intermédias e as especializações do social”, in *Sociedade e Território*, nº 21, Edições Afrontamento, Porto, pp. 132-143.
- REMY, Jean; VOYÉ, Liliane (1976) - *La ciudad y la urbanizacion*, Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid, pp. 41-61.
- REMY, Jean; VOYÉ, Liliane (1981) - *La ville ordre et violence – formes spaciales et transaction sociale*, PUF, Paris, pp. 207-222.
- ROSAS, Fernando (1994) - “O Estado Novo (1926-1974)”, in MATTOSO, J. (dir.), *HISTÓRIA DE PORTUGAL*, 7º vol., Círculo de Leitores, Lisboa.
- SAMUEL, Ralph (1984) - “Desprofesionalizar la Historia”, in *Debats*, nº 10, pp. 56-62.
- SARIEGO, Rodriguez; JUAN, Luis (1980) - “Los mineros de la Real del Monte: un proletariado en formacion y transicion”, in *Revista Mexicana de Sociologia*, nº 42, pp. 1379-1404.
- SCHERMERHORN, L. J. G. (1971) - “A Faixa Piritosa do Sul de Portugal”, in CARVALHO, D.; GOINHAS, J.A.C.; SCHERMERHORN, L.J.G., *Principais Jazigos Mineiros do Sul de Portugal*, I Congresso Hispano-Luso-Americano de Geologia Económica, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, pp. 15-25.
- SILVA, Augusto Santos (1994) - *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Edições Afrontamento, Porto.
- SILVA, J. M. Leal (1996) - “À Laia dum Esboço Histórico sobre a Utilização Industrial Contemporânea das Pirites do Alentejo”, in REGO, Miguel (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, Castro Verde.
- SILVANO, Filomena (1997) - *Territórios da Identidade. Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Celta Editora, Oeiras.
- SOBRAL, José Manuel (1995) - “Memória e Identidades Sociais – Dados de um Estudo de Caso num Espaço Rural”, in *Análise Social*, Vol. XXX (131-132), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 289-313.
- STOER, Stephen R.; ARAÚJO, Helena Costa (1987) - “A Contribuição da Educação para a Formação do Estado Novo: Continuidades e Rupturas, 1926-1933”, in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926.1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, pp. 125-145.
- THOMPSON, Paul (1984) - “La Historia Oral y el Historiador”, in *Debats*, nº 10, pp. 52-56.

ANEXO 2 – Glossário de palavras e expressões utilizadas pelos entrevistados.

GLOSSÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES UTILIZADAS PELOS ENTREVISTADOS

Palavras

(Ordem Alfabética)

Barcal (1)
 Barrena (2)
 Barreno (3)
 Bétão (4)
 Capataz/Chefe de Relevo (5)
 Capataz/Chefe de Turno (6)
 Capataz de Piso (7)
 Castelete (8)
 Cavalete (9)
 Chefe Geral do Fundo (10)
 Condutor de Trabalho/de Serviço (11)
 Concassagem (12)
 Contra-mina (13)
 Cordeira (14)
 Corta (15)
 Dresine (16)
 Enchimento (17)
 Entivação (18)
 Entulho (19)
 Extraccioneiro (20)
 Galeria (21)
 Gasómetro (22)
 Grazine (23)
 Jaula (24)
 Liso (25)
 Malacate (26)
 Máquina de Extracção (27)
 Marteleiro (28)
 Minério Grado (29)
 Morraça (30)
 Motorista de Locomotiva (31)
 Palanca (32)
 Paleira (33)

Paleirista (34)
 Piso (35)
 Planta de Exploração (36)
 Poço de Armazenamento (37)
 Poço de Extracção (38)
 Poço nº1 (39)
 Poço nº2 (40)
 Quadro (41)
 Quartilho (42)
 Realço (43)
 Relhano (44)
 Rodízio (45)
 Rodo (46)
 Rolete (47)
 Safreiro (48)
 Trituração (49)
 Vagona (50)
 Vagoneta (51)
 Vigilante (52)

Expressões

À Boca do Poço
 Andar na Escolha
 Começar a Realçar
 Dar Plantas
 Baixar/Descer à Mina
 Estar/Trabalhar no Relevo da Batata
 Sanear o Trabalho
 Dar Dias de Porro
 Fazer o Reparte

Palavras

Palavras	Conteúdo
Associadas à Extração	
Barcal, Paleira, Paleirista, Rodo, Safreiro (1) (33) (34) (46) (48)	O barcal é um recipiente de ferro (espécie de tabuleiro com duas asas), com uma dimensão aproximada de 40x30cm. O rodo é uma espécie de sacho ou enxada com cabo de madeira e planta triangular de ferro. Ambos os instrumentos eram utilizados pelo safreiro no carregamento das vagonetas no interior da mina, segundo um processo completamente manual. Com o advento da mecanização, passaram a ser utilizados veículos com pás mecânicas pneumáticas, que asseguravam o carregamento, transporte e despejo do minério nas chaminés de produto (pequenas toldas de madeira ¹ de ligação entre as galerias) ou nos poços de evacuação do minério (espécie de silo), estes com saída para a galeria de rolagem (nível de base dos pisos) servida pelo poço de extração. Na gíria local, a pá mecânica pneumática é designada de paleira , palavra que deriva do francês, eventualmente por aglutinação de outras duas, "pelle mécanique". O safreiro foi, então, substituído pelo paleirista , condutor das referidas máquinas carregadoras e transportadoras.
Barrena, Barreno, Marteleiro (2) (3) (28)	A barrena é uma broca que serve para perfurar a rocha, com vista à colocação dos explosivos e conseqüente disparo. Antes da mecanização, as barrenas eram afiadas na forja, mas as utilizadas nos martelos pneumáticos são barras de aço, na ponta das quais está montado o dispositivo de corte (pastilha de carboneto de tungsténio). Ao marteleiro compete executar os furos, carregar e disparar fogo. Na gíria local, os disparos têm, também, o nome de barrenos .
Bétão, Poço de Armazenamento, Poço de Extração (4) (37) (38)	O bétão corresponde a um poço de armazenamento e evacuação do minério, na base do qual o minério é descarregado para vagonetas e transportado até ao poço de extração . A palavra utilizada na gíria local parece derivar do francês, "béthume", que significa na sua forma literal "escoadoiro de mina". Não obstante, uma outra explicação para esta designação pode ser sugerida. Na mina do Lousal, o revestimento destes poços interiores, inicialmente de placas de diorito, passou a fazer-se com betão.
Extraccioneiro, Motorista de Locomotiva, Dresine, Grazine (20) (31) (16) (23)	A dresine é uma locomotiva accionada por acumuladores (tração mecânica) que puxa as vagonetas, normalmente até ao poço de extração ao nível de base dos pisos. Na gíria local, esta locomotiva é designada de grazine . Anteriormente à mecanização do método de lavra, era apenas o extraccioneiro que, empregando a força muscular, empurrava as vagonetas que rolavam sobre carris. Dá-se o aparecimento de uma nova profissão - a de motorista/condutor de locomotiva - que, lentamente, acaba por substituir a de extraccioneiro.
Gasómetro (22)	Objecto de iluminação individual do mineiro. Corresponde a um candeeiro a gás (acetileno) que utilizava carboneto de

¹ Uma tolda, torva, tolva ou tremonha é um recipiente, de dimensão variável, que permite o movimento de um produto de um nível superior para um nível inferior, por gravidade.

	cálcio. Com a modernização tecnológica, o gasómetro foi substituído por lâmpadas eléctricas colocadas nos capacetes e accionadas por acumuladores.
Liso (25)	Grande placa de rocha, apenas suportada pelas extremidades, que se revela em consequência do disparo para extracção do minério. O liso é bastante instável e difícil de perceber a olho nu.
Malacate, Máquina de Extracção, Cavalete, Jaula, Poço nº1, Poço nº2 (26) (27) (9) (39) (40)	O malacate corresponde ao sistema de extracção e seus componentes. A máquina de extracção movimenta os elevadores que correm no poço de extracção, dando acesso às galerias. Na gíria mineira, os elevadores são designados por jaulas e é neles que se faz o transporte das vagonetas, do pessoal e do material de apoio. O cavalete é o topo do maquinismo de extracção composto por roldanas em que passam os cabos dos elevadores movidos pela máquina de extracção. Simplificadamente, o cavalete é designado por malacate, identificando de modo emblemático a paisagem mineira. No Lousal, o Poço nº1 destinava-se à circulação de vagonetas (poço de extracção) e o Poço nº2 à de pessoal e materiais de apoio.
Palanca (32)	Instrumento que corresponde a uma barra de ferro, pontiaguda numa extremidade e sextavada na outra. A palanca possui uma função polivalente (por ex. verificar o estado do terreno depois do arranque do minério e desobstruir as chaminés de produto e os poços de evacuação do minério, funcionando como alavanca).
Vagona, Vagoneta (50) (51)	A vagoneta é um veículo utilizado no interior e no exterior da mina (embora com formas diferentes) para transporte do minério, o qual rolava sobre carris quando as distâncias eram significativas. Com a mecanização do método de lavra, as vagonetas são substituídas por pás carregadoras pneumáticas, que asseguram o carregamento, transporte e despejo do minério nas toldas. A vagoneta também é designada por vagona .

Associadas ao Enchimento e à Entivação

Castelete (8)	Vigas de madeira empilhadas, com a forma de um pequeno castelo, as quais suportam o tecto das galerias. Ao longo das galerias são dispostos, regularmente, diversos casteletos .
Corta, Enchimento, Entulho (15) (17) (19)	A corta corresponde a um espaço a céu aberto (pedreira) de onde se extrai o entulho (material estéril) para enchimento das zonas em que já se procedeu ao desmonte do minério. O enchimento é tanto mais importante quanto o jazigo do Lousal é composto por massas lenticulares (e não por filão ou camada), fazendo-se o desmonte do minério quase até à exaustão e havendo perigo de abatimento devido aos enormes vazios deixados.
Entivação (18)	A entivação designa o processo de escorramento e de revestimento dos poços e das galerias, visando sustentar terrenos (impedir a queda das paredes laterais ou do tecto) e, assim, garantir a segurança do trabalho mineiro.
Morraça (30)	Morraça é a designação dada, na gíria local, ao material estéril (entulho) e ao minério pobre.
Quadro, Cordeira, Rodízio ou Rolete (4) (14) (45) (47)	O quadro é uma construção rectangular de madeira composta por seis peças (dois largueiros, dois travessões e duas cabeceiras), que tem como função suportar a rocha encaixante (poços e galerias). A cordeira é uma guia, ou seja, uma estrutura de madeira ao

	<p>longo da qual desliza o elevador. As cordeiras são apertadas aos quadros através de cunhas. O rodízio ou rolete é uma pequena peça do elevador que corre sobre a cordeira.</p>
--	---

Associadas à Estrutura e Organização Funcional no Fundo da Mina

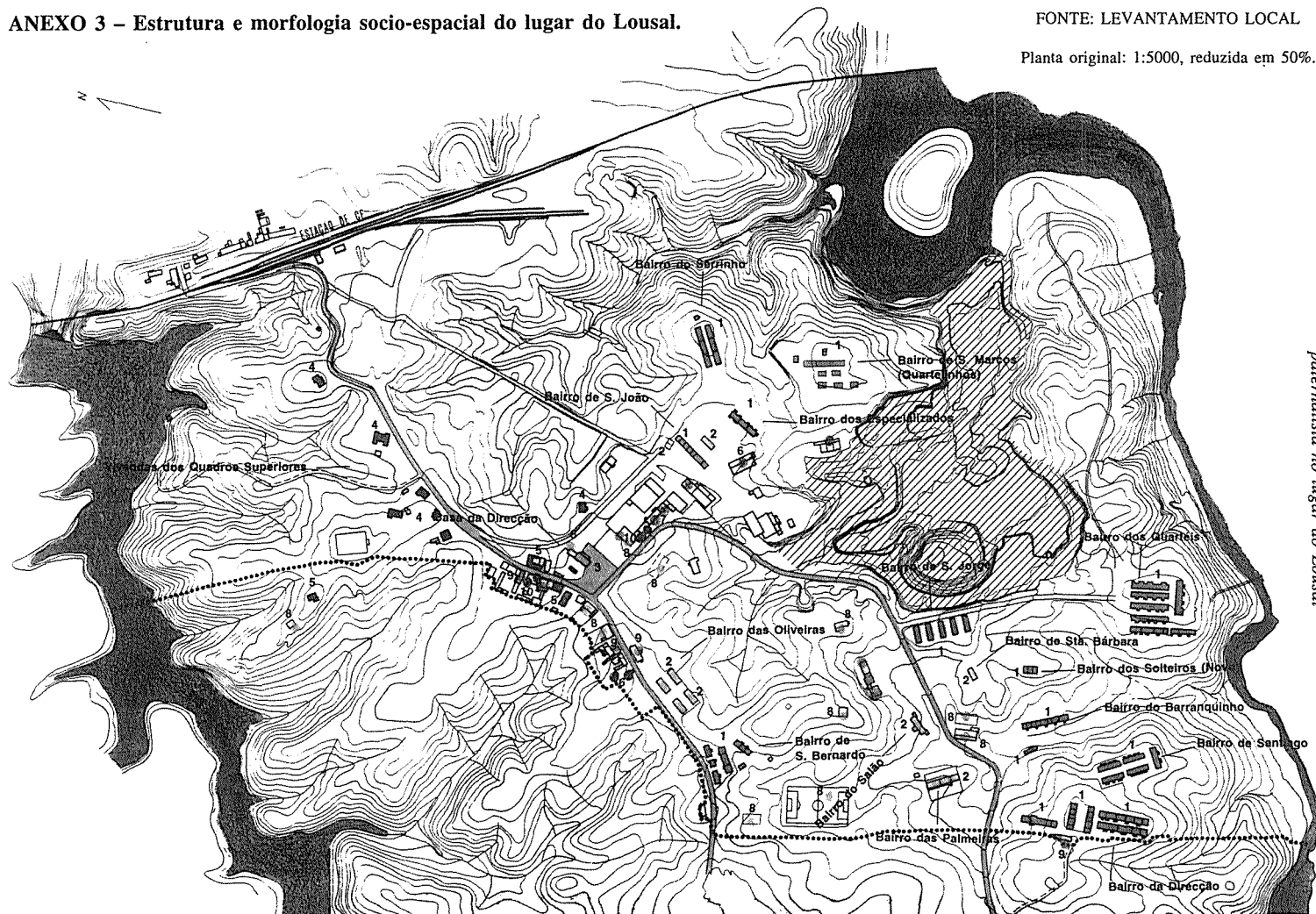
<p>Chefe Geral do Fundo, Condutor de Trabalho/de Serviço, Contra-Mina (10) (11) (13)</p>	<p>A contra-mina designa o fundo da mina, onde se faz a extracção do minério. É ao chefe geral do fundo, antigamente designado de condutor de trabalho/de serviço que cabe a responsabilidade de coordenar e dirigir todo o trabalho da contra-mina.</p>
<p>Galeria (21)</p>	<p>Via (corredor) de acesso à zona de desmonte e de circulação de minério, materiais e pessoas dentro da mina. De cada galeria saem vários recortes para exploração.</p>
<p>Capataz/Chefe de Relevô, Capataz/Chefe de Turno, Capataz de Piso, Piso, Vigilante (5) (6) (7) (35) (52)</p>	<p>O piso é o nível de profundidade do sub-solo a que se processa ou processou a exploração do minério. O piso ou nível de exploração é composto por várias galerias e recortes. Em cada piso, as orientações do trabalho são dadas aos trabalhadores pelo capataz de piso ou vigilante, enquanto a organização da actividade em todos os pisos cabe ao capataz/chefe de relevô, que também pode ser designado de capataz/chefe de turno. A palavra relevô deriva do francês, "relève", que significa "substituição", "revezamento", "rendição" (relevô = turno).</p>
<p>Planta de Exploração (36)</p>	<p>A planta de exploração corresponde à camada em exploração, na frente de desmonte.</p>
<p>Quartilho (42)</p>	<p>O quartilho é um pequeno armazém onde se guardam os explosivos utilizados no desmonte do minério.</p>
<p>Realço (43)</p>	<p>O realço é a zona em que se procede ao arranque e desmonte do minério.</p>

Associadas às Operações de Preparação Mecânica do Minério

<p>Minério Grado (29)</p>	<p>O minério grado corresponde a minério com uma granulometria superior a 50 mm.</p>
<p>Concassagem, Relhano, Trituração (12) (44) (49)</p>	<p>As três operações de fragmentação do minério são a quebragem (blocos não superiores a 50 mm), a trituração (blocos com uma dimensão entre 12 e 8 mm) e a moagem (redução do minério a dimensões inferiores a 1mm). Estas operações decorrem numa instalação de preparação mecânica (física) do minério, visando a transformação do minério bruto em utilizável. No Lousal, a oficina de preparação do minério localizava-se à boca do poço e nela se desenvolviam as operações de escolha manual (separação de material estéril) e de fragmentação do minério (excluindo a moagem). Trituração e concassagem são utilizadas, de modo simplificado, para referenciar a oficina de preparação do minério. A palavra concassagem, mais recorrente na gíria local, deriva do francês, "concassage", que significa precisamente "trituração". Algum do material estéril que se separa na operação de escolha é designado de relhano.</p>

Expressões

À Boca do Poço	Designa a zona de acesso (entrada e saída de minério, trabalhadores e materiais de apoio) ao fundo da mina, ou seja, o local preciso em que se toma ou se abandona a jaula à superfície.
Andar na Escolha	Actividade que se desenvolve na oficina de preparação mecânica do minério e que visa separar o material estéril do minério, o qual corre devagar através de um transportador (tela). É desempenhada sobretudo por mulheres, que se colocam em fila de um e de outro lado da tela.
Começar a Realçar	Dar início aos trabalhos de arranque do minério na frente de desmonte.
Dar Plantas	Acção de distribuição dos trabalhadores pelas frentes de desmonte.
Baixar/Descer à Mina	Acção de descida ao fundo da mina, que se inicia com a entrada na jaula, à boca do poço. Normalmente, significa o começo do turno de trabalho mas pode, também, representar o momento que inaugura a imprevisibilidade do trabalho mineiro (ocorrência de acidentes, nomeadamente).
Estar/Trabalhar no Relevo da Batata	Cada relevo corresponde a um turno de trabalho (vide <i>Glossário de Palavras</i> , (5)). Durante o período de maior dinamismo na extracção do minério, o trabalho no fundo da mina compreendia três turnos (7.30h-15.30h; 15.30-23.30h; 23.30h-7.30h), sendo que o da noite se designava por relevo da batata. Não foi possível encontrar o fundamento desta expressão. Para alguns, tem a ver com o facto de que, antigamente, os mineiros cozinhavam à noite no fundo da mina, sendo a batata a base da sua alimentação. Para outros, tem a ver com o facto de que, depois daquele turno, os mineiros seguiriam para a horta, sendo a batata uma das principais culturas (cavar, semear, apanhar).
Sanear o Trabalho	Verificar as condições do terreno no realço antes de se proceder aos trabalhos de desmonte. Especificamente, o objectivo é identificar e remover, usualmente com uma palanca, as pedras que ficam instáveis depois do disparo para arranque do minério. Esta actividade é levada a cabo pelo escombrador-saneador. No entanto, na mina do Lousal, esta responsabilidade estava cometida ao marteleiro e ao seu ajudante.
Dar Dias de Porro	Dar dias de castigo que, normalmente, correspondem a suspensão do trabalho. Não foi possível encontrar o fundamento desta expressão. No entanto, porro significa moca, cacete, calo proveniente de uma fractura (<i>Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 6ª ed.</i>), podendo estabelecer-se uma relação simbólica com aquela expressão, em virtude de se tratar de um acto punitivo.
Fazer o Reparte	Acção de distribuição directa e normalmente <i>in situ</i> (fundo da mina) dos trabalhadores por locais e por tarefas, segundo o programa de trabalho estipulado para o turno. É levada a cabo pelos capatazes de piso.

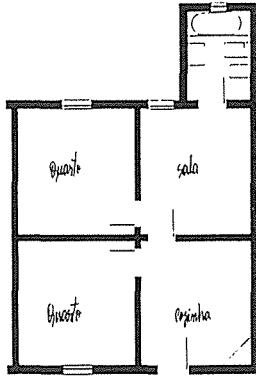


*Mineiros ou mirandos: trajetórias biográficas e sistema
paternalista no lugar do Lousal*

Áreas Residenciais: 1. Bairros de Operários; 2. Bairros de “Empregados”; 3. Casa da Direcção; 4. Vivendas dos Quadros Superiores; 5. Outros Imóveis da “Mines et Industries”/SAPEC.
Levantamento Funcional: 6. Indústria e Armazéns; 7. Serviços de Apoio à Actividade Económica; 8. Serviços de Apoio à Comunidade; 9. Comércio e Restauração;
 10. Serviços Pessoais. **Via Pavimentada:** ———— Pedreira: ||||| Limite da Área de Intervenção do Projecto RELOUSAL •••••

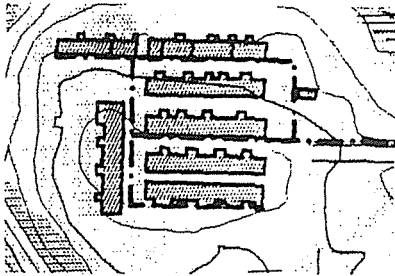
**ANEXO 4 – Plantas esquemáticas dos alojamentos dos entrevistados
(Entrevistas B e M).**

Planta Esquemática do Alojamento do Entrevistado B (Bairro dos Quartéis)

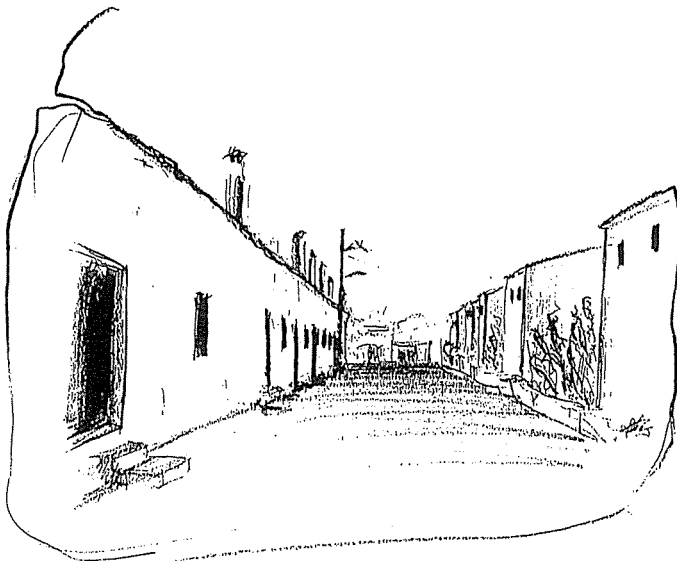


EX. 1300

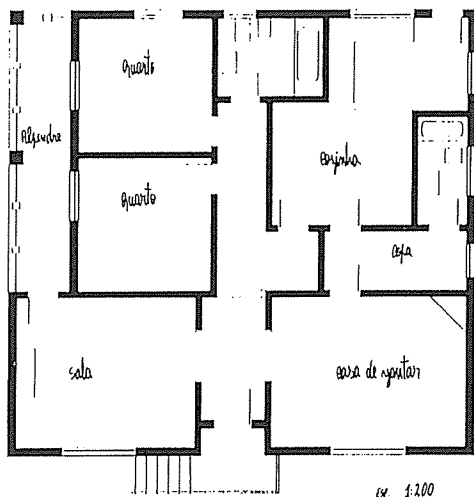
Planta Esquemática do Alojamento



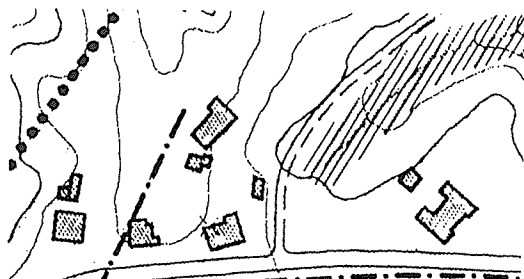
Planta Geral do Bairro



Planta Esquemática do Alojamento do Entrevistado M (Vivenda)



Planta Esquemática do Alojamento



Planta Geral da Área Residencial

